

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Raíssa de Oliveira Cerqueira

PROPOSTA DE PRAÇA PÚBLICA PARA O POVOADO MANGUE SECO, BAHIA

Laranjeiras

2022

RAÍSSA DE OLIVEIRA CERQUEIRA

PROPOSTA DE PRAÇA PÚBLICA PARA O POVOADO MANGUE SECO, BAHIA

Trabalho apresentado como requisito obrigatório para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe sob a orientação da Profª Dr.ª Raquel Kohler

Laranjeiras

2022

PROPOSTA DE PRAÇA PÚBLICA PARA O POVOADO MANGUE SECO, BAHIA

Raíssa de Oliveira Cerqueira

Trabalho apresentado como requisito obrigatório para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe.

Aprovado em: 24/12/2022

BANCA EXAMINADORA

Orientadora
Prof.^a Dr.^a Raquel Kohler
Universidade Federal de Sergipe

Examinadora interna
Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Souza Martins Farias
Universidade Federal de Sergipe

Examinadora externa
Weslainy Lemos Santos Fontes

“Quando está bem cuidado, e quando tem iluminação, lugar pra sentar, as pessoas usam.”
Aurélio Righetto

RESUMO

Este trabalho é uma proposta de praça pública para o povoado Mangue Seco, localizado no município de Jandaíra/BA. A escolha deste tema se deu devido a inexistência de espaços públicos de lazer na vila de pescadores, sendo uma região que possui somente a praia e o sol como forma de entretenimento e estando, em sua maioria, direcionado a um público específico. Para atender a esses problemas as necessidades e expectativas dos usuários foram identificadas com o objetivo de propor um programa de necessidades atrativo que contenha diversidade de usos para faixa etária diversas. Desta forma, a elaboração da proposta foi definida através de pesquisa bibliográfica e documental, tendo como objetivo a construção do embasamento teórico e projetual a respeito do tema. Junto a isso, foram realizadas visitas em campo para análise, coleta de dados fotográficos e pesquisa de opinião junto aos públicos-alvo (moradores, pescadores, bugueiros e turistas). Conclui-se que a implantação de um espaço de lazer público no povoado incentivaria o convívio social, fortaleceria a comercialização do pescado e atrairia e acolheria tanto a comunidade quanto os seus visitantes.

Palavras-chave: paisagismo, espaços públicos, lazer, vilas caiçaras.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 – Organograma da metodologia do estudo *Travel & Tourism Competitiveness Report*
- Figura 02 – Quadro tempo e espaço da hospitalidade
- Figura 03 – Guarda-chuvas compõem a árvore na praça da tainha, na vila de Barra Grande
- Figura 04 – Praça da Tainha
- Figura 05 – Bancos em madeira compõem o mobiliário urbano
- Figura 06 – Bancos em madeira compõem o mobiliário urbano 2
- Figura 07 – Postes de iluminação
- Figura 08 – Quiosques
- Figura 09 – Igreja de São José, no povoado Coqueiro/BA
- Figura 10 – Igreja de São José após primeira etapa da construção da praça. Povoado Coqueiro, Jandaíra, Bahia
- Figura 11 – Pergolado com flores e quiosque ao fundo. Distrito Coqueiro/BA
- Figura 12 – Parque Infantil
- Figura 13 – Parque
- Figura 14 – Vila gastronômica do povoado Coqueiro/BA
- Figura 15 – Quadra de vôlei. Paralelepípedos, grama e tintas dão contraste na pavimentação utilizada no projeto
- Figura 16 – Pergolado atuando como cobertura na passagem da vila gastronômica
- Figura 17 – Fachada dos quiosques que compõem a vila do povoado Coqueiro/BA
- Figura 18 – Vista da caixa d'água na parte superior do quiosque
- Figura 19 – Contraste da madeira e concreto presentes no mobiliário urbano
- Figura 20 – Contraste da madeira e concreto presentes no mobiliário urbano
- Figura 21 – Mobiliário urbano: banco em madeira
- Figura 22 – Mobiliário urbano: lixeira em madeira
- Figura 23 – Banco em formato de canoa, Pracinha de Jeri/CE
- Figura 24 – Ponto central da Praça Edvá Esmerino da Silva
- Figura 25 – Banco em formato canoa e ao fundo totem com o nome “Jericoacora”
- Figura 26 – La pesca, no estado no estado de Tamaulipas, no México
- Figura 27 – Localização do povoado Mangue Seco/BA e seu entorno
- Figura 28 – As irmãs Luísa, de vestido, e Raimunda Aguiar, de blusa azul
- Figura 29 – Atividades do vilarejo: pescadores do rio Real
- Figura 30 – Atividades do vilarejo: carneiros e ovelhas sendo pastorados

Figura 31 – Casas na Vila de Mangue Seco/BA, década de 80

Figura 32 – Novas tipologias de construção

Figura 33 – Recanto da D. Sula Amado

Figura 34 – Quermesse e a Igreja de Bom Jesus dos Navegantes

Figura 35 – O encanto do *shopping* Mangue Seco

Figura 36 – Fachada da pousada Algas Marinhas

Figura 37 – Passeio de lancha em Mangue Seco, Bahia

Figura 38 – Passageiros aguardando e embarcações atracadas no píer do povoado Pontal/SE

Figura 39 – Mapa mostrando o povoado Pontal/SE, Ponte Gilberto Amado e Praia do Saco/SE no entorno de Mangue Seco/BA

Figura 40 – Vista do povoado Pontal/SE

Figura 41 – Rio Real: separa a Bahia de Sergipe

Figura 42 – Jonentino Alves, pescador do Mangue Seco

Figura 43 – Vista aérea de Mangue Seco

Figura 44 – Imagem aproximada da vista aérea de Mangue Seco

Figura 45 – Localização do terreno e vias do entorno

Figura 46 – Via exclusiva para pedestres

Figura 47 – Uso e ocupação do solo

Figura 48 – Gabarito

Figura 49 – Condicionantes ambientais

Figura 50 – Momento da entrevista com Ana Flora Amado

Figura 51 – Gráfico público-alvo

Figura 52 – Gráfico faixa etária

Figura 53 – Gráfico uso do campo pelos moradores e bugueiros em porcentagem

Figura 54 – Gráfico local de origem

Figura 55 – Gráfico tempo de estadia

Figura 56 – Bugueiro Lucian após a finalização da entrevista

Figura 57 – Gráfico formas de lazer de acordo com os entrevistados

Figura 58 – Presidente da cooperbugre Mangue Seco, pós entrevista

Figura 59 – Programa de necessidades

Figura 60 – Primeira proposta de divisão do terreno

Figura 61 – Segunda proposta de divisão do terreno

Figura 62 – Distribuição dos canteiros

- Figura 63 – Banco simples com encosto em madeira do tipo roliça
- Figura 64 – Banco com cobertura em madeira do tipo roliça
- Figura 65 – Banco hexagonal em madeira do tipo ripada
- Figura 66 – Proposta de lixeira circular em madeira
- Figura 67 – Proposta de pergolado
- Figura 68 – Proposta de mural cultural
- Figura 69 – Proposta de projeto: polo central cultural com murais informativos
- Figura 70 - Proposta de projeto: postes de iluminação e vias para bicicletas e pedestres
- Figura 71 – Área de convivência com cobertura
- Figura 72 – Vista aérea da proposta de praça pública. Destaque para o totém escrito “eu amo Mangue Seco”
- Figura 73 – Barco: importante embarcação na vila se torna elemento marcante na praça

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EMBRATUR – Agência Brasileira de Turismo

Et. al (abreviatura em latim) – et. alii

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMT – Organização Mundial de Turismo

WEF – *World Economic Forum*

WTTC – *World Travel e Tourism Council*

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	6
LISTA DE ABREVIações E SIGLAS.....	9
INTRODUÇÃO.....	11
1. REFLEXões SOBRE LAZER E TURISMO.....	15
1.1 O SURGIMENTO DO TURISMO: BREVE HISTóRICO.....	20
1.2 HOSPITALIDADE: SUAS DIMENSões E AS PERSPECTIVAS DENTRO DO ESPAÇO URBANO.....	25
1.3 O ECOTURISMO.....	27
2. OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER.....	30
2.1 TIPOLOGIAS E USOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	33
3. PRAÇAS PÚBLICAS EM VILAS CAIÇARAS NO LITORAL BRASILEIRO.....	41
3.1 PRAÇA DA TAINHA, PENÍNSULA DE MARAÚ, BARRA GRANDE, BAHIA.....	41
3.2 PRAÇA DO DISTRITO COQUEIROS, JANDAÍRA, BAHIA.....	44
3.3 PRAÇA EDVÁ ESMERINO DA SILVA, JERICOACOARA, FORTALEZA, CEARÁ.....	51
3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ANÁLISES.....	53
4. ESTUDO DE CASO: POVOADO MANGUE SECO, BAHIA.....	54
4.1 O PERTENCIMENTO DA POPULAÇÃO LOCAL NO ESPAÇO PÚBLICO E A PESCA EM MANGUE SECO.....	66
4.2 PANDEMIA: IMPACTO NO TURISMO DE MANGUE SECO/BA.....	69
5. A PROPOSTA PAISAGÍSTICA PARA O POVOADO MANGUE SECO.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
APêNDICES.....	99

INTRODUÇÃO

Segundo Gatti (2013, p. 42) “As pequenas cidades brasileiras trazem a herança ibérica da praça formada em torno da igreja matriz, mas não reproduziram novos espaços públicos a medida que a cidade foi crescendo”. Isso resulta, muitas vezes, na falta de oferta dos espaços públicos e de opções distintas de lazer. Diante da inexistência desses espaços, as possíveis socializações não ocorrem. O indivíduo perde a perspectiva da interrelação com os demais, de experimentar a diversidade e efetuar as suas trocas, expandindo a sensação da sua singularidade (GATTI, 2013).

Os espaços públicos de lazer, como as praças, são fundamentais para a qualidade de vida em um local (GATTI, 2013). Esses espaços fortalecem o entretenimento, o sentimento comunitário e a recreação. Também demonstram, quando bem cuidados, a preocupação da região com a hospitalidade pública em lugares com forte expressão turística, como Mangue Seco.

A relação entre turismo e espaços se estabelece de forma natural. Silva (2004), afirma “que tudo pode ser de interesse do turista”, incluindo os espaços públicos de lazer. Já Grinover (2009) defende que “os elementos sociais, culturais, históricos, econômicos e ambientais tornam a cidade hospitaleira ao proporcionar a interação, o acolhimento e relações sociais entre morador e visitante”.

Contudo, em Mangue Seco, não existem espaços com essa finalidade. A ausência deles é bastante clara na vila de pescadores, e a comunidade e os turistas que ela recebe têm, como atrativo, apenas o turismo de praia e sol ou os poucos espaços privativos, que selecionam o público que os frequentam.

Podemos ver que Gatti (2013, p. 48) destaca o seguinte:

“Os espaços públicos sofrem de uma carência importante: atratividade. Lugares onde algo aconteça, lugares onde seja possível tomar um sorvete, beber um suco, ouvir uma boa música, e que isto possa ser feito com conforto, onde se tenha bancos para sentar, lugares onde as pessoas possam eventualmente se proteger da chuva ou do sol”.

Atualmente, inexistem elementos que qualifiquem a conversa voluntária, entre jovens e adultos, nativos e turistas, no povoado, em qualquer horário durante o dia. Os bancos desprotegidos, locados no calçadão que margeia o rio Real, só permitem a potencialização das oportunidades de encontro em horários que o sol não esteja mais exposto. Entretanto, como não há espaço público de lazer, os turistas, por sua vez, vivenciam os poucos espaços de lazer privativos.

Gatti (2013) também afirma que, em cidades menores e povoados, ruas ainda são espaços de estar, de brincar de jogar bola, brincar de boneca, brincar de amarelinha. Hoje, as crianças que têm as poucas ruas de areia, em Mangue Seco, como espaço de recreação, a compartilham com: carros traçados, *buggys* e quadriciclos. Outras vezes, com os animais que vagam livremente pela região.

Este trabalho se justifica, partindo da afirmação de Lamas (2013), a praça é lugar intencional de permanência, encontro, circulação e palco para importantes acontecimentos. A escolha pela temática deu-se a fim de transformar uma determinada área do povoado em espaço de vivência e interação de pessoas. Esses espaços atraem e acolhem tanto a comunidade, quanto o turista; afinal, as praças são construídas visando o convívio social.

Deste modo, entendendo praça como elemento de lazer e turismo, busca-se o desenvolvimento de um espaço público que atenda aos caracteres de circulação, lazer e recreação, defendidos por Yázigi (2001), e que incentivem, assim, o uso desse espaço pelos residentes e os seus visitantes. Deseja-se, também, potencializar a sensação de pertencimento correspondente entre moradores e lugar e, conseqüentemente, mostrar que o turismo, naquela região, tem potencialidade para ir além de praia e sol.

O objetivo geral deste foi desenvolver o anteprojeto paisagístico de uma praça para o povoado Mangue Seco, Jandaíra, Bahia. Os objetivos específicos foram: compreender a relação do homem com a natureza e os espaços de lazer em áreas turísticas; identificar os problemas e potencialidades da área de estudo; reconhecer interesses, necessidades e expectativas dos usuários (moradores, bugueiros, pescadores e turistas); elaborar a setorização de usos e ocupação visando o atendimento dos condicionantes físicos, a legislação pertinente, as necessidades do público-alvo e o fortalecimento da economia local.

A metodologia desenvolvida seguiu os seguintes passos: revisão bibliográfica, que aborda concepções de espaço público, lazer, turismo e de propostas paisagísticas em vilas caiçaras com contextos turísticos semelhantes ao estudo de caso; coleta de dados fotográficos, topográficos e levantamento cadastral da área que sofrerá a intervenção; colhimentos de informações locais através de entrevistas informais (estruturadas e não estruturadas); diretrizes projetuais, estudo e anteprojeto paisagístico.

Espera-se que esse trabalho possa influenciar os tomadores de decisões que decidem pela qualidade de vida dos moradores mangue-sequense, visando a melhoria da infraestrutura do povoado para, assim, proporcionar maior qualidade de vida aos moradores oportunizando a convivência e recreação, sejam residentes ou turistas, inculcando um sentido de respeito e de apropriação do espaço público. Além disso, pretende-se fortalecer a economia da região com a comercialização de pescados e criar uma conexão entre a vila, os viajantes e a cultura local.

O corpo do trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda reflexões sobre lazer e turismo partindo de breves considerações sobre as relações entre essas duas áreas. Nesta revisão, destacam-se os conceitos e características de ambos visando compreender a relevância dos papéis fornecidos por estes na sociedade e nas cidades.

No segundo capítulo é realizada uma revisão de conceitos sobre as tipologias e usos dos espaços públicos, especificamente das ruas, parques e praças. É estudado o papel que esses elementos desempenham no espaço urbano, principalmente naquelas de pequeno porte. Finalmente estudara-se como as pessoas utilizam esses espaços de acordo com as suas necessidades individuais ou coletivas.

O terceiro capítulo discorre sobre as análises das praças públicas localizadas em vilas caiçaras com grande visibilidade turística e que estão situadas no litoral brasileiro. A relevância das vilas selecionadas está no fato de apresentarem características arquitetônicas e de localização similares ao do projeto que será desenvolvido e ao povoado escolhido como objeto de estudo, respectivamente. As análises ocorreram a partir de imagens fotográficas a fim de encontrar possíveis soluções arquitetônicas e paisagísticas para a futura proposta projetual.

No quarto capítulo, o estudo de caso, discorre sobre a descrição geral do povoado Mangue Seco, localizado no município de Jandaíra/BA, iniciando com um compilado histórico e permeando os processos de desenvolvimento da vila até os dias atuais. Em seguida, são discutidas como as questões de economia, turismo e lazer se comportam na região. O estudo conta com fotografias que ilustram a realidade local dos moradores e da região. Finaliza-se com a proposta de anteprojeto de uma praça pública e, por fim, se apresentam as considerações finais.

1. REFLEXÕES SOBRE LAZER E TURISMO

Ao considerarmos a definição de lazer devemos, inicialmente, nos basearmos na conceituação estabelecida pelo sociólogo Joffre Dumazedier (1973), um dos maiores estudiosos sobre o tema. Suas contribuições repercutem na área até os dias de hoje e seguem sendo referência para novas pesquisas, abordagens e debates atuais. Segundo outros autores, a exemplo de Camargo (1998), foi a partir de Dumazedier (1973) que o lazer passou a ser abordado como uma área de estudo deixando de ser idealização teórica.

Dumazedier (1973, p. 34), compreende o lazer como:

“conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se ou entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das ocupações profissionais, familiares e sociais”.

Em sua definição, o sociólogo mostra que o lazer possui caráter voluntário, ou seja, o indivíduo faz determinada atividade por possuir o desejo de fazê-la sem buscar qualquer reconhecimento ou recompensa que não esteja ligado a própria tarefa. Sendo um conceito utilizado para as abordagens atuais, é interessante salientar que o lazer ligado a cultura não aparece na compreensão de Dumazedier (1973).

Por sua vez, anos depois do conceito estabelecido por Dumazedier, o autor Marcellino (1995, p. 31) acrescenta ao debate sobre lazer através da perspectiva social da seguinte forma:

“[...] o lazer é por mim entendido como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível. É fundamental, como traço definidor, o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa”

É observado que a conceituação de Marcellino (1995) possui influência dos pensamentos de Dumazedier (1973), a partir do momento em que o autor também ressalta que o lazer está ligado ao “caráter desinteressado”. Entretanto, o autor expande a definição quando

considera a atividade contemplativa como uma atividade de lazer. O sujeito realiza tais atividades, práticas (jogar bola, dançar, atuar, pintar, costurar etc) ou contemplativas (atividades mais passivas: cinema, espetáculo de teatro, museus, entrega à TV etc), pela lógica da diversão, do prazer, do descanso ou desenvolvimento pessoal. Marcellino (1995) constata que o lazer pode ser entendido através da combinação entre dois fatores: tempo x atitude. A atitude se encontra relacionada com o vínculo entre o sujeito e a atividade que esse exerce e o tempo se refere ao período disponível para a execução dessa atividade após suas tarefas obrigatórias.

Gomes (2004, p. 125) acredita que o lazer não é a própria cultura, mas sim uma “dimensão da cultura”, pois considera que as vivências dos cidadãos são conduzidas com significados, “constituída de uma vivência lúdica”, ou seja, satisfatória e prazerosa através de “manifestações culturais”. A autora acrescenta que esse lazer será realizado em um “tempo/espço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações” e, principalmente, “com o trabalho produtivo”. Portanto, devemos considerar que: se hoje temos tempo livre foi porque pessoas anteriores lutaram para conquistar esse espaço? E em que consiste essa necessidade de lazer?

Licere (2011, p. 16) esclarece que o lazer consiste na necessidade de utilizar, de forma lúdica, as milhares de práticas culturais formadas em cada contexto social. Essa necessidade pode ser saciada de inúmeras maneiras, sendo alteradas a partir dos valores, características e interesses que os indivíduos ou grupos sociais apresentem, considerando os contextos educacionais, sociais ou culturais a que eles estejam aplicados. Dumazedier (1973) também pontua que a necessidade do lazer está ligada com a industrialização e urbanização, por ser algo que está relacionado com a libertação do sujeito perante as suas obrigações de trabalho. Gomes (2014, p. 10) se baseia em Medeiros ao questionar os entendimentos que afirmam ser o lazer objeto da sociedade industrializada, o posicionando como demanda básica, própria da vida humana em todos os períodos e locais.

No entanto, podemos dizer que a necessidade de lazer, também, permeia pela “higiene mental, com a quebra da rotina, a liberação da imaginação” (MARCELLINO, 2021, s/p). O lazer pode trazer diversificadas experiências de aprendizagem, despertar novos interesses e habilidades, de estímulo criativo, de debates e reflexões abrangendo as faixas etárias variadas e

todas as classes sociais melhorando, assim, a qualidade de vida dos indivíduos (SOUZA, 2010, p. 4).

Turismo, quando refletimos sobre este, pensamos imediatamente em uma viagem de praia, montanha ou campo, visando o descanso, conhecer outras localidades e novas culturas. Entretanto, esse pensamento relaciona-se apenas com uma pequena parte do turismo, sendo ele visto como forma de lazer. O conceito de turismo é algo bastante polêmico por se tratar de uma questão sobre qual muitos divergem e que envolve setores econômicos variados e agentes diversos. O turismo compreende uma organização de serviços com tendência exclusiva de planejamento, promoção e excursão de viagem. Porém, é necessário possuir infraestrutura apropriada (recepção, hospedagem e consumo) para corresponder às expectativas ou necessidades da pessoa ou grupo que adquiriu o serviço (SANTOS, 2010, p. 12). A ideia de turismo se inicia na cidade de residência tendo o viajante que se deslocar para o local de destino e retornar dias depois, ou seja, realizando uma atividade cíclica.

Até 1994, a Organização Mundial do Turismo (OMT) definia o turismo como “o deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivado por razões não-econômicas”. Logo depois essa definição passou por modificação, onde a OMT (*apud*. IGNARRA, 2003, p. 11) passou a considerar o seguinte:

“[...] o turismo engloba as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo, por prazer, negócios ou outros fins”.

Observa-se que, com essa nova definição, a OMT salienta que nem todo mundo que viaja faz turismo. A organização desconsidera como turismo qualquer viagem realizada dentro da área comum da residência do sujeito, excluindo, também, os percursos de locomoção cotidiana, feitos de casa para o local de trabalho ou para um lugar que se tenha uma frequência constante de visita (semanalmente ou mensalmente) e outros percursos dentro do entorno habitual do indivíduo, assim como define Bormann (*apud*. IGNARRA, 2003, p. 12):

“[...] o conjunto de viagens que tem por objetivo o prazer ou motivos comerciais, profissionais ou outros análogos, durante os quais é temporária sua ausência da residência habitual. As viagens realizadas para locomover-se ao local de trabalho não constituem em turismo”.

Continuando sob o ponto de vista de Ignarra (2003, p. 12), o primeiro conceito estabelecido referente ao turismo foi feito por um economista austríaco chamado Herman von Schullard, em 1910, onde ele definia o turismo como:

“[...] a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”.

O turismo como tema de estudo foi conveniente nos anos 1914 a 1918 e 1939 a 1945, períodos em que ocorreram a Primeira e Segunda Guerra Mundial, respectivamente, pois diversos economistas passaram a produzir estudos sobre o tema e originando escolas (MOESCH, s/d, p. 2). Entretanto, passando por conceituações mais atuais, Cunha (*apud*. SOUZA, 2010, p. 6), representante da Escola Portuguesa, afirma que “o turismo resulta fundamentalmente do lazer” sendo uma “forma de ocupação do tempo livre”. O autor também considera que o turismo concebe um conjunto de atividades produtivas com o objetivo de satisfazer os desejos dos sujeitos que se deslocam e, conseqüentemente, a de um determinado mercado (SOUZA, 2010, p. 7).

Observa-se que mesmo sendo considerado como uma atividade de lazer, o turismo passa a ser visto como uma mercadoria a ser consumida (SOUZA, 2010, p. 7). A partir deste ponto, o turismo e o lazer se aproximam, pois ambos são considerados, para alguns autores, como uma forma de preencher o tempo livre. Podemos dizer que, assim como o lazer, o turismo muitas vezes atua como forma de satisfazer outras necessidades, como conhecer vivenciar outras culturas ou desfrutar de paisagens não tão comuns ou quase não vistas nos centros urbanos (SOUZA, 2010, p. 7).

Sabemos que, atualmente, as conceituações sobre o turismo abrangem, em sua maioria, aspectos econômicos que favorecem os negócios e o comércio dos mais variados produtos e serviços, assim como salienta a EMBRATUR (1992):

“É uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações compra e venda de serviços turísticos efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita”.

Dias (2008) comenta que “no final do século XX, o turismo converteu-se na atividade econômica mais importante do mundo” e, atualmente ele ocupa a posição principal de geração de renda e emprego. Informações fornecidas pela Organização Mundial de Turismo (OMT) mostram que, em 2019, último ano antes da pandemia, o turismo teve “faturamento recorde de R\$136,7 bilhões”, além de oportunizar mais de vinte e cinco mil vagas em 12 meses.

Apesar de ser uma atividade que impulsiona e movimenta outros setores, afetando a economia de forma direta e indireta, o turismo não deve ser visto somente de uma forma exclusivamente econômica, mas deve também ter as atenções para a sua influência social e cultural na sociedade. Se faz necessário, então, alcançar um caminho além das questões financeiras, buscando novos pontos de vistas, pois se trata de uma atividade que propicia o encontro entre culturas diversas podendo ser uma possibilidade de desenvolvimento humano.

Diante da compreensão de lazer e turismo, se estabelece que as duas vertentes, enquanto bens de consumo e novas experiências, são vistas como semelhantes para a sociedade. No contexto academicista, alguns afirmam que o turismo faz parte do lazer e outros defendem que o lazer, na verdade, é um segmento do turismo (SOUZA, 2010, p. 10). De toda forma, através dos conceitos aqui empregados, é visto que são coisas distintas que possuem as suas particularidades, porém, em certos momentos, se encontram em um debate comum.

Como afirma Souza (2010), o lazer não pode ser resumido a viagens, pois se trata de um campo que abrange possibilidades, como jogar, dançar, ler, assistir, o esporte e, também, a viagem. O turismo, por sua vez, não se limita ao turismo de lazer, compreendendo outros usos e tipologias. Baseando-se em Araújo e Isayama, Souza (2010, p. 11) observa que as duas áreas

também estão relacionadas a partir do seu contexto histórico sendo unidas pelo período da Revolução Industrial que deu origem ao lazer e impulsionou o turismo para uma parcela maior da população na época. Na atualidade, ambos são vistos, erroneamente, somente como entretenimento gerado para que os indivíduos suportem as suas insatisfações pelo estilo de vida na sociedade hoje em dia. Mais do que isso, o turismo e o lazer contribuem para o desenvolvimento pessoal, satisfação e ressignificação da nossa identidade através do contato com situações e experiências novas.

1.1 O SURGIMENTO DO TURISMO: BREVE HISTÓRICO

Inicialmente, com os registros da antiguidade, podemos considerar que o homem se desloca desde a pré-história de forma individual ou em grupo. Essa ideia de locomoção surge com o *homo sapiens* que, diferentemente dos viajantes dos dias atuais, tinha interesses opostos: as primeiras sociedades viajavam para sobreviver, fugir das intempéries, caçar animais e coletar frutos, sementes e raízes. Baseando-se em Fratucci (2008), Nakashima e Calvente (2016) salientam que “os deslocamentos espaciais merecem ser destacados, pois o homem nunca deixou de viajar, de percorrer territórios, conhecidos ou desconhecidos”.

No período da civilização grega, na Antiguidade clássica, houve um florescimento das viagens devido ao surgimento e consolidação do transporte marítimo. Conseqüentemente, os gregos passaram a realizar viagens, em grandes embarcações, pelo mar Mediterrâneo, com a principal motivação de desenvolver o comércio com outros povos, visando, no turismo de negócios, uma forma de sobrevivência (IGNÁCIO, 2003, p. 3). De acordo com Nakashima e Calvente (2016, p. 3), “as razões de sobrevivência explicam porque historicamente as grandes civilizações mundiais ao longo da história se desenvolveram às margens do litoral ou de um rio importante”.

Ignarra (2003, p. 2) considera que algumas tipologias de turismo antecederam aquele que conhecemos hoje, denominado “turismo moderno”. O autor discorre que, milênios antes de Cristo, os povos antigos viajavam em busca de descobrir novas terras visando uma posterior ocupação e exploração, resultando, portanto, em um chamado turismo de aventura. Por intermédio das Cruzadas, no período da Idade Média, a motivação religiosa foi também responsável pelo surgimento de um novo segmento do turismo: o turismo religioso. Este tinha como objetivo “visitar os centros religiosos da Europa e libertar Jerusalém do domínio dos

árabes”. Além disso, conforme Nakashima e Calvente (2016), apoiando-se em Amaral Junior (2012), as pirâmides do Egito, em 2.700 a.C, já atraíam visitantes por motivos religiosos.

Durante o Império Romano, na Idade Antiga (4.000 a.C – 476 d.C.), ainda sob a visão de Ignarra (2003, p. 2), os romanos acreditavam que a terapia através da água poderia realizar curas. Dessa forma, eles comumente faziam viagens com destino às cidades litorâneas em busca dos banhos medicinais. Podemos classificar, de acordo com Ignarra (2003), esse deslocamento como turismo da saúde, pois a viagem destes povos se dava única e exclusivamente para a manutenção da saúde e prevenção de doenças nas termas. Por fim, o turismo ligado aos eventos esportivos da época já era comum na civilização helenística. Em 1800 a.C., os Egípcios também se deslocavam em busca de alguns famosos festivais e comemorações da época: Busastis, Busiris, Said e Heliopolis (AMARAL JUNIOR, 2008).

Em concordância, Ignácio (2003) observa que:

“Na região de Efeso, onde hoje se situa a Turquia, eram registrados mais de 700 mil visitantes para apreciarem apresentações de mágicos, de animais amestrados, de acrobatas e de outros artistas. Eram os primeiros registros do turismo de eventos [...]”

Nessa época, as viagens eram feitas por meio de trilhas. Anos mais tarde, se tornou possível fazer o deslocamento por meio de estradas, graças ao surgimento da roda. Segundo Amaral Junior (2008, p. 51), a estrada pioneira “ligava Nippur a Ur na Mesopotâmia” e contava com uma extensão de 160 km. Posteriormente, com o aparecimento de outras estradas, cidades maiores foram sendo conectadas. Os romanos arquitetaram a sua primeira estrada por volta de 150 a.C. Entretanto, graças as suas avançadas conquistas na engenharia, pontes e viadutos foram erguidas juntamente com novas estradas sendo algumas mantidas até hoje como a Via Hábria. Amaral Junior (2008, p. 51) salienta que “dois a três séculos depois, contavam com uma malha de estradas que somava mais de 80.000 km em todo o território compreendido pelo seu Império”.

Em concordância com Cisne e Gastal (2010, p. 3), alguns fatores foram estabelecidos como marcos históricos para a origem do turismo: as peregrinações durante as Cruzadas (citadas aqui anteriormente), o *Grand Tour* e o feito de Thomas Cook. O *Grand Tour* eram as viagens

aristocráticas realizadas pelo continente Europeu durante um ano ou mais, tendo como destino cidades italianas (Roma, Veneza, Florença e Nápoles), estendendo-se, também, a capital francesa, Paris (SALGUEIRO, 2002). Essa grande viagem turística tornou-se, no século XIV, parte essencial da educação de todo inglês de posse: diplomatas, homens de negócios e os jovens pertencentes a nobreza ou classe média. A principal motivação para a execução desta viagem estava voltada para aprimoração educacional, oferecendo a estes jovens conhecimento e a visão de um sistema político mais avançado (CISNE E GASTAL, 2010).

Cisne e Gastal (*apud* LICKORISH E LENKINS, 2010, p. 4) apontam sobre *Grand Tour* o seguinte,

“[...] os jovens bem nascidos, se aspirassem por carteiras na administração, na advocacia ou como militar, eram incentivados a viajar para o exterior (prática do *Grand Tour*) e, ao voltarem, essa parte dos estudos seria aceita na Europa como parte da educação, no século XVII”.

O período das ferrovias impulsionou o desenvolvimento do turismo, pois essa novidade viabilizou viagens em distâncias maiores serem executadas em um espaço de tempo menor. Ignarra (2003, p. 5) ressalta que esse período representou o aparecimento das viagens em massa, dos agentes e operadores turísticos. Para autores, o grande nome do turismo moderno foi Thomas Cook. Cook criou as primeiras viagens planejadas e deu origem ao que hoje ficaria conhecido como agências de viagens (NAKASHIMA E CALVENTE, 2016, p. 13). A *tour* foi organizada para 570 pessoas, saindo de Leicester a Longhborough, na Inglaterra, com objetivo de fazerem parte de um congresso. O meio de locomoção foi o trem e, os bilhetes vendidos por Thomas Cook, além do traslado, inseriam a acomodação e atividades na cidade de destino (AMARAL JUNIOR, 2008).

Ignarra (2003, p. 5) ressalta que:

“[...] O sucesso foi tanto que a sua empresa passou a organizar excursões para a parte continental da Europa e, posteriormente, até excursões para os Estados Unidos. A empresa prosperou e passou a ser considerada a primeira agência de viagens do mundo”.

O papel de Thomas Cook foi de extrema importância, pois resultou no avanço do setor turístico que reverbera até os dias de hoje, como mostram as agências de viagens que se encontram posicionadas dentre os principais agentes do setor. Ele viabilizou as viagens em

massa, quebrando as barreiras de socioeconômicas entre as classes por acreditar que viajar expandia a mente e a sede de conhecimento (FILHO, 2004, p. 14). Ignarra (2003) aponta para essa questão que, provavelmente, Cook pudesse ter sido o único a defender e proporcionar vantagens para a classe trabalhadora.

Estudiosos defendem que o turismo no Brasil tem início com o próprio descobrimento. Eles acreditam que as expedições que chegaram em solo brasileiro, trazendo Américo Vespúcio, Gaspar Lemos, Fernando de Noronha e outros nomes importantes para a história, não deixavam de estar realizando o chamado turismo de aventura (IGNARRA, 2003, p. 6). Durante o período do Brasil Colonial, a divisão da colônia portuguesa em capitânicas hereditárias e no governo-geral deu origem a um turismo de negócios entre a metrópole e a colônia e, também, os filhos das classes mais altas eram enviados a Portugal para estudar, sendo feitas as viagens de intercâmbio cultural (IGNARRA, 2003, p. 7).

Trigo (2019) relata que, na segunda metade do século XVIII, o turismo receptivo brasileiro era bastante deficiente e insatisfatório. Ele diz que, em 1703, um viajante francês deslocou-se por diversas cidades brasileiras tendo que dormir a bordo por ser péssima as condições de hospedagens no país, devido ao fato de não existir hospedarias ou quartos que fossem possíveis alugar, assim como já se encontrava na França. A situação perdurou por um bom tempo, tanto que:

“Em 1787, o cirurgião inglês John White, cansado de percorrer com outros passageiros de seu navio as ruas estreitas do Rio de Janeiro (RJ), considerou o maior incômodo não achar “café ou hotéis onde pudéssemos tomar refresco ou passar uma ou duas noites em terra”

As cidades Rio de Janeiro e São Paulo se estabelecem como locais de início da hotelaria no Brasil. No século XVIII, estalagens e casas de pastos passaram a surgir na terra carioca com o objetivo de alojar os visitantes e outros interessados, sendo futuros hotéis. Com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, datada de 1808, a demanda por hospedagens cresce, pois o país passou a receber mais visitas de diplomatas e comerciantes, dando origem, então, a hotelaria do Brasil (IGNARRA, 2003, p. 7). Estima-se que anos depois, mais

precisamente em 1827, surge o *Hôtel D L'Empire*, com traços arquitetônicos audaciosos para o Rio de Janeiro naquela época. A partir deste ano, as cidades brasileiras que antes não tinham local para hospedagem criam e inauguram outros hotéis (TRIGO, 2019). Por fim, em 1927 é criada no Brasil a empresa Lufthansa (futura Varig), que dá impulso aos turismos interno e externos.

Na atualidade, comparando com os países de uma maneira geral, o Brasil tem grande potencial de turismo. Em 2019, o setor de Viagens e Turismo contribuiu com 10,4% para o PIB global (WTTC, 2020). Dentro desse contexto, podemos citar um dado do *World Economic Forum* (WEF) que, recentemente, fez um levantamento com 140 países com o objetivo de analisar a competitividade do setor de viagens e turismo nesses locais. Esse estudo avalia os países em diversas características relacionadas ao turismo gerando um ranking de competitividade geral, de modo a fornecer os pontos fortes e áreas de desenvolvimento de cada nação (WEF, 2019). A tabela abaixo mostra os quatro principais tópicos e os 14 sub-tópicos analisados:

Figura 01 – Organograma da metodologia do estudo *Travel & Tourism Competitiveness Report*



Fonte: *World Economic Forum*, 2019 (modificado pela autora)

Na pesquisa de 2019, o Brasil ocupa o 32º lugar geral. O país, que perdeu o primeiro lugar conquistado em 2017 para o México, passou a se destacar como o número 2 com potencial de recursos naturais, ou seja, estimulando a indústria do ecoturismo. No quesito turismo cultural, ele ocupa a 9ª posição. Foram pontuados como influenciadores do resultado a piora na infraestrutura dos serviços, na competitividade do preço e no quesito segurança e proteção. Vinculado a isso, o ambiente de negócios não se encontra muito favorável, a infraestrutura terrestre e portuária ainda é pouco desenvolvida. Por fim, um dado considerado muito positivo pela pesquisa é a grande abertura internacional do país em relação a exigência de vistos e melhor integração comercial (WEF, 2019).

1.2 HOSPITALIDADE: SUAS DIMENSÕES E AS PERSPECTIVAS DENTRO DO ESPAÇO URBANO

Segundo Camargo (2004), o termo hospitalidade está relacionado com o ato de acolhimento humano de recepcionar, hospedar, alimentar e entreter pessoas temporariamente deslocadas do seu habitat natural. Essa ação pode ser manifestada em circunstância comercial, doméstica, pública ou até mesmo virtual. Entretanto, a hospitalidade não é simplesmente um ato de receber o visitante. Esse ato consiste, na verdade, em se colocar à disposição destes, oferecendo o melhor na posição de anfitrião com o objetivo de unir ou aproximar culturas, costumes, gostos e seres distintos.

Para Camargo (2004) e Grinover (2019), o ato de acolher refere-se ao relacionamento construído entre o anfitrião e o hóspede, baseando-se na suspensão da hostilidade com o desconhecido. Portanto, a hospitalidade dentro da relação interpessoal se manifesta através da cordialidade, da preocupação do bem-estar para com o outro, no diálogo amigável ainda que sejam indivíduos que não se conhecem, sendo estranhos um para o outro, mas que estejam compartilhando o mesmo ambiente de interação. Camargo (2004) levanta os seguintes questionamentos: quais os tempos da hospitalidade? E em quais espaços ela acontece? Na tabela a seguir é possível verificar quais são esses tempos e os espaços em quais a hospitalidade ocorre.

Figura 2 - Quadro tempo e espaço da Hospitalidade

	Recepcionar	Hospedar	Alimentar	Entreter
Doméstica	Receber pessoas em casa, de forma intencional ou casual	Fornecer abrigo em casa	Oferecer refeições em casa	Receber para recepções de festas
Pública	Recepção em espaços públicos	Hospedagem proporcionada pela cidade	Gastronomia local	Espaços públicos de eventos e lazer
Comercial	Serviços profissionais de recepção	Hotéis	A restauração	Eventos e lazer em espaços privados
Virtual	Mídias sociais e meios de comunicação	Sites e hospedeiros de sites	Mídia e sites de gastronomia	Entretenimento e jogo na mídia

Fonte: Camargo, 2003 (modificado pela autora)

Camargo (2004, p. 15) explica que:

“Pensando a hospitalidade, naturalmente somos levados a criar dois eixos de tempos/espaços para delimitação do campo de estudo: um eixo cultural, que leva em conta as ações abrangidas pela noção de hospitalidade, e um eixo social, que diz respeito aos modelos de interação social e consequentes instâncias físico-ambientais envolvidas”.

Diante desse contexto expressado pelo autor e do quadro 02 – Tempo e espaço da hospitalidade, o processo desencadeia-se em dois eixos de categoria: o eixo temporal (ou cultural) sendo associado a receber (acolher pessoas), hospedar (dar abrigo), alimentar (ofertar o alimento, nutrir) e entreter (ocupar-se de maneira prazerosa). O eixo social está relacionado com os ambientes onde são exercidos essa hospitalidade, sendo eles: doméstico (receber em casa), público (direito de ir e vir no contexto urbano), comercial (estruturas comerciais) e o virtual (consequência da relação entre os internautas).

De maneira semelhante, discutir sobre uma cidade que seja acolhedora e hospitaleira é falar de um local feito para si e para o outro. A hospitalidade pública (ou urbana) corresponde ao uso e apropriação dos espaços públicos da cidade, estando, as suas questões, relacionadas com a qualidade de vida tanto de moradores quanto de turistas. Embasado em Montandon, Grinover (2009) sustenta que “oferecer hospitalidade é tomar consciência, descobrir e apreciar as suas próprias riquezas (da cidade); é uma descoberta de si e de um novo olhar sobre seus próprios recursos”. Logo, a cidade (ou o espaço público), deve apresentar (para os indivíduos) as

riquezas que possui, quer sejam de caráter cultural, social ou econômico oferecendo, como cidade, onde está a prática da hospitalidade (GRINOVER, 2009, p. 3). Ao posicionar o encontro com o estrangeiro na prática da hospitalidade a relação será modificada, pois o outro não irá “tomar” o espaço, mas será recebido e acolhido pelo anfitrião que irá mostrar, com cordialidade, a sua cultura, a sua história e, de forma geral, o seu lugar.

Ainda sob a perspectiva do autor, a hospitalidade é o que garante a não uniformidade da cidade e seus espaços públicos, assim como mantém a sociedade diversificada na atualidade. É importante que o espaço tenha uma característica construída que o caracterize como lugar (rua, praça, jardim ou espaço privado) que induza o diálogo, à conversação e ao encontro com o desconhecido, resultando, assim, na prática da hospitalidade no espaço construído. Entretanto, analisando esse pensamento de Grinover (2009), proponho a seguinte reflexão: não há lugares hospitaleiros nos espaços públicos ou não há ocupações hospitaleiras nesses espaços?

1.3 O ECOTURISMO

No pós-guerra, durante as décadas de 50 e 60, as discussões ambientais ganharam maior visibilidade nas pautas de discussões global. É a partir deste ano que a sociedade e as empresas começam a compreender e despertar para os sinais da crise ambiental. Assim, é visto a real necessidade de cuidar e preservar o meio ambiente para que se tenha um lugar melhor para se viver (RAMOS, 1996). Na década de 70, o governo sueco apresentou uma proposta para a ONU com o objetivo de realizar uma conferência mundial tendo como tema o meio ambiente. Então, no ano de 1972, com o propósito de discutir as questões ambientais, inicia-se a Conferência de Estocolmo, na Suécia, com mais de 100 países discutindo meio ambiente, problemas ambientais e sociedade. Ramos (1996, p. 9) explica que:

“essa conferência foi a primeira na história da humanidade em que políticos, especialistas e autoridades de governo, representando 113 nações se reuniram para discutir as questões ambientais”.

Na década de 80, mais especificamente em 1987, é realizado o Congresso Internacional de Educação e Formação, em Moscou. Esse congresso aborda que não há como definir os objetivos da educação ambiental sem ter consciência da realidade socioeconômica e ecológica da sociedade (RAMOS, 1996). Em 1988 é lançada a Constituição Federal do Brasil

sendo considerada uma das constituições mais socioambientais do mundo e, nesta época, começa a se discutir o turismo. A OMT, vendo toda a discussão mundial em torno do meio ambiente, passa a refletir em como ter um turismo melhor nas cidades e nas áreas rurais.

Em 1992 é sediada no Rio de Janeiro a Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como a “Rio-92” ou “Eco-92”. O objetivo desta conferência era firmar acordos, definir estratégias globais e internacionais, respeitando todos os interesses e protegendo a integridade ambiental juntamente com o seu desenvolvimento mundial (RAMOS, 1996).

O termo “sustentabilidade” surge, no turismo, diante das visitas em massa. Diante das visitas em massa, surge o termo “sustentabilidade”. Entre 1980 e 1990, põe-se em notoriedade a expressão “ecoturismo”. Em 1985, a EMBRATUR dá origem a um projeto denominado “turismo ecológico”, introduzindo o conceito do ecoturismo em solo brasileiro (BEZERRA, s/d). Em 1994, quando o Governo Federal e o Ministério do Meio Ambiente estabelecem os parâmetros básicos para as “Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo”, o turismo ecológico passa, então, a ser reconhecido como ecoturismo (EMBRATUR, 1994).

A EMBRATUR (1994) define o Ecoturismo como:

“Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”.

De acordo com essa definição, ao falar de patrimônio, a EMBRATUR (1994) se refere ao patrimônio da comunidade, o estilo de vida dos moradores, as suas casas, o rio, a fauna e a flora local, ou seja, toda a vila. Esses elementos citados fazem parte de um patrimônio que é ora natural, ora local e a sua forma de utilização deve ser sustentável. Através dessa definição vemos que o ecoturismo deve incentivar a conservação dos ambientes, formar uma consciência ambientalista nas pessoas (visitantes e os visitados) e todos os agentes envolvidos com a atividade: empresários, condutor, canoieiro, entre outros. Todas essas pessoas precisam ter a consciência de conservação do ambiente que pode ocorrer pela interpretação do ambiente.

Em nível global, a Sociedade Internacional de Ecoturismo (2015) defende que o ecoturismo são:

“Viagens responsáveis à áreas naturais que preservam o meio ambiente, sustentam o bem-estar da população local e envolvem interpretação e educação”.

É visto que a Sociedade Internacional de Ecoturismo já não utiliza mais a palavra sustentável, por outro lado, abordam o termo ‘preservar’. Em sua definição, a Sociedade afirma que não existe, portanto, ecoturismo sem interpretação ambiental e educação ambiental. Ou seja, a interpretação ambiental está relacionada com a sua forma de apresentação do seu patrimônio, natural e cultural, para os visitantes. Como irá despertar a atenção dos turistas? É necessário levar informação e conhecimento, juntamente com a conservação sem qualquer forma de depredação, através de diálogos inteligentes.

O ecoturismo é um segmento de extrema importância que atua como gerador de renda e trabalho, direto e indireto, mas que, sem o devido planejamento, pode trazer impactos negativos. Portanto, a Sociedade Internacional de Ecoturismo (2015) estabeleceu 8 princípios que são:

- a) O ecoturismo deve minimizar os impactos nos territórios, nas sociedades e onde ele acontece, nas pessoas;
- b) Atividade que deve criar e gerar consciência ambiental nas pessoas, refletindo sobre os recursos que estarão sendo utilizados e respeito pelas espécies;
- c) Valorização dos lugares por onde essa atividade passa, faz com que cresça o sentimento de pertencimento;
- d) Promover experiências positivas para os anfitriões e visitantes;
- e) Benefícios financeiros gerados pelo ecoturismo que devem promover ou contribuir uma melhoria na qualidade de vida das pessoas envolvidas e que gere uma circulação de renda maior na comunidade;
- f) Criar construções de baixo impacto, adequadas ao ambiente, com materiais que não tenham tanto impacto e priorizar um projeto endógeno, que vem de dentro da comunidade;
- g) E, finalmente, o respeito à valorização e para com as pessoas, as suas crenças, seus recursos e ambiente.

Como características mais relevantes, o Ministério do Turismo (2010, p. 23), acredita que existem características fundamentais para o bom desenvolvimento do Ecoturismo nas regiões turísticas e que estas devem ser observadas e seguidas de forma conjunta. São elas:

a) Gestão, proteção e conservação dos recursos naturais: necessário planejar a gestão desses espaços para que se tenha um espaço melhor e recursos ambientais fundamentais para a continuação do segmento naquele território;

b) Escala do empreendimento e do fluxo de visitantes: não se pode ter um turismo de massa. É imprescindível refletir sobre quantas pessoas o ambiente suporta, qual a sua capacidade de carga?

c) Paisagem: é o elemento central do Ecoturismo. Quanto mais a paisagem estiver conservada, sem lixos e resíduos e se aproximar do original, sem grandes transformações, mais motivados os turistas vão estar;

d) Educação ambiental: processo pelo qual o indivíduo constrói valores sociais, habilidades, conhecimento e atitudes voltadas para a conservação do ambiente;

e) Interpretação ambiental: é a arte de explicar o significado de determinado recurso ou atrativo turístico. Necessário despertar a atenção e o interesse do visitante perante a natureza e a cultura do local.

O Ministério do Turismo (2010, p. 26) define como principais atividades do segmento:

a) Observação de fauna: relaciona-se com o comportamento e habitats de determinados animais.

b) Observação de flora: compreender a riqueza dos elementos da flora, a sua distribuição no espaço e as paisagens que compõem um bioma;

c) Observação de formações geológicas: caminhada por área com características geológicas peculiares e que oferecem condições para discussão da origem dos ambientes (geodiversidade);

d) Mergulho livre: Mergulho no mar, rios, lagos ou cavernas com o uso de máscara e nadadeiras, sem equipamentos autônomos para respiração;

e) Caminhadas: percursos a pé com itinerário predefinido;

f) Trilhas interpretativas: conjunto de vias e percursos com função vivencial, com a apresentação de conhecimentos ecológicos e socioambientais da localidade e região.

2. OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER

A expressão “espaço público”, tendo surgido na França, segundo Ascher (1998, p. 172) pela década de 70, está adquirindo cada vez mais espaço nas discussões dentre as diferentes ciências e filosofia, gerando constantemente novas abordagens. Atualmente, múltiplos estudos têm tomado o espaço público urbano como a parte central de determinado problema na sociedade. Seja na abordagem de sua estrutura, função, programa ou características sociais, leva-se a relacionar as variadas interpretações geradas sobre o tema, pois entende-se que os espaços públicos contêm diferentes definições e dimensões que não existem de forma solitária.

Conceituar a noção de espaço público aparenta ser algo complexo em virtude das compreensões multidisciplinares. Dentro do campo da filosofia, através da concepção de Arendt (2007), o espaço público aparece como “lugar da ação política e de expressão de modos de subjetivação não identitários”. Na visão desta autora, o agir e falar político, de forma conjunta, transforma o espaço público em espaço potencial de novidade. Em outras palavras, para Arendt (2007) o espaço público está ligado a manifestação política, onde todos os cidadãos têm a liberdade de externar opinião, o direito de ouvir opiniões alheias e de ser ouvido (ARENDR, 1999, p. 57) e é através desse local que se constitui o mundo e nasce o verdadeiro espaço público.

Para Assaí e Silva (2013, p. 94),

“O espaço público no contexto pensado por Arendt é muito mais do que um local político, pois se trata da condição para a política, uma vez que o mesmo é a representação dos que atuam com isonomia, em um espaço que é deles, produzido pelo consentimento de todos, para que todos tenham acesso à vida.”

Os apontamentos do filósofo alemão Habermas também classificam o espaço público como sendo o espaço de manifestação da esfera pública, da vida pública e realização da cidadania (ABRAHÃO, 2008). Habermas (1984) defende o pensamento de que o diálogo e a ação comunicativa entre os cidadãos também são fundamentais na constituição do espaço público, uma vez que a sociedade estaria representando a si mesma.

Por sua vez, Serpa (2004, p. 9) reivindica o espaço público como “local simbólico”, por refutar e reagir à discursos dos demais agentes que modelam a sociedade; por ser palco “da reprodução de diferentes ideias de cultura”, pela presença “da intersubjetividade que relaciona sujeitos” e, finalmente, por suas “percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos”.

A utilização de um espaço central público para o exercício da democracia remota aos tempos da Grécia Antiga, quando os debates sobre a *pólis* eram realizados na *Ágora*. A *Ágora*, que significa “local de encontro” ou “assembleia”, era o centro da vida artística, cultural e política das cidades-estados gregas (CARTLEDGE, 2009). No entanto, o acesso era restrito aos homens livres e não para todos os cidadãos, o que torna algo curioso, pois nos tempos atuais leva-se em consideração, ao se pensar em espaço público, “que todos devem ter direito a espaços abertos” (GEHL, 2013, p.12).

Entretanto, outras referências apontam o espaço público como ambiente para a “*caminhabilidade*” e não apenas como cenário da prática democrática. Em suas contribuições, Gehl (2013) acredita que “os espaços públicos são essenciais ao bom ambiente urbano” e que a presença das pessoas circulando nesses espaços públicos abertos e acessíveis geram vitalidade, resultando em um espaço agradável que “dá prazer aos visitantes e transeuntes, assim como àqueles que ali moram, trabalham e brincam diariamente” (GEHL, 2013, p. 11). O mesmo autor defende que descobrimos a cidade através dos seus espaços públicos. Através dessas “salas de estar” aprendemos a ver, a caminhar e a perceber a riqueza da mistura, do diverso, das situações socioespaciais (AGUIAR e NETTO, 2012). Desta forma, podemos dizer que “os espaços públicos e a sociedade civil estão inextricavelmente entrelaçados” (GEHL, 2013, 11).

Outra visão que importa ter em conta é a de Jordi Borja (2003, p. 21). Para esse autor:

“O espaço público é um conceito próprio do urbanismo que as vezes se confunde (erroneamente) com espaços verdes, equipamentos ou sistema viário, mas que também é utilizado na filosofia política como lugar de representação e de expressão coletiva da sociedade”.

Borja (2003, p. 22) acredita que o espaço público está relacionado ao tripé cidade – espaço público – cidadania. Ele defende que não há como um existir sem o outro e a vida da sociedade depende da boa relação entre esses três conceitos. Em seu artigo “Espaço público, teste da cidade democrática”, o autor salienta que o espaço público também pode ser palco para a economia, onde realiza-se publicidade e efetuam as transações imobiliárias. Ele diz que “os espaços públicos qualificam os entornos construídos e os valoriza”, a exemplo da famosa Times Square, em Nova Iorque (Borja, 2003).

Por fim, temos, antes de tudo, a concepção do espaço público voltado para a acessibilidade. Neste caso, acessibilidade gira em torno de algo que não apresente entraves, que seja acessível, voltado para a coexistência entre diferentes pessoas de diversos grupos e com experiências variáveis, atuando como sujeito integrador e na consolidação dos possíveis laços sociais. Ou seja, proporciona o direito de ir e vir, de qualquer indivíduo, não importando características de raça, cor, etnia, religião ou cultura. Como analisa Castro (2002), é a “possibilidade de a ele (o espaço público) aceder em qualquer momento, por qualquer pessoa, para desenvolver atividades não explicitamente determinadas”.

Acrescentando a este pensamento, Serpa (2007, p.15) define que a acessibilidade:

“[...] está estritamente vinculada, na demarcação dos territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (e abstrata) à concretude física dos espaços públicos urbanos. Pois, a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica [...]”.

Para este autor, a “apropriação social desses espaços tem implicações que ultrapassam o design físico” de elementos considerados públicos, como ruas, praças e parques. De modo geral, os espaços públicos abrangem duas dimensões: a territorial, referindo-se aos espaços acessíveis e aberto para todos; e a política, que se caracteriza pelas expressões sociais, políticas e comunicação. Como salienta Gomes (2002) o “espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem”. Entretanto, é desejável que esses espaços contenham qualidade de fornecer satisfatoriamente a elaboração de atividades cidadãs e sociais, onde se pode “estimular a interação social”, bem como o compartilhamento entre os indivíduos que os frequentam,

fortalecendo a sensação de proximidade e inclusão para gerar a sensação de pertencimento e identidade através dos vínculos criados com os espaços públicos (SILVA, 2009). Ainda sob a visão de Silva (2009), o bom ambiente público deve “permitir aos usuários manifestarem-se das mais variadas formas socialmente, culturalmente, bem como politicamente” (p. 10).

De toda forma, o espaço público é por natureza mais aberto e a primeira função que o distingue do espaço privado é a facilidade de acesso. O espaço público é dedicado a todos e a coletividade, não sendo local de ninguém em particular, visto que todos podem utilizar com os mesmos direitos.

2.1 TIPOLOGIAS E USOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

No meio de uma faixa vasta de edifícios e regiões densamente construídas, alguns lugares são verdadeiros oásis de tranquilidade. Seja em um parque ou uma praça, o espaço público pode abrigar atividades culturais, de lazer ou simplesmente funcionar como espaço de circulação. Podemos dizer que esses espaços são necessários para que as pessoas se encontrem, e, conseqüentemente, elas se encontram na diversidade, sendo possível a construção da coletividade nesses locais de encontro. A sua essência é definida de acordo com a utilização dos seus usuários, tendo, através da sua forma, as suas práticas favorecidas e acolhidas ou, por outro lado, o espaço acabar inibindo tais práticas. Como argumenta Moreno (2021), apoiado em Ramos (2009), “os diversos equipamentos inseridos nos espaços públicos qualificam a civilidade”.

As novas e crescentes demandas da população urbana, estando relacionadas com as mudanças demográficas e os desejos de uma nova geração, impõem novas exigências nos usos dos espaços públicos. Geralmente, as praças de bairro, quando comparadas com praças centrais de determinada cidade, são utilizadas por menos pessoas, ficando restrita aos seus residentes enquanto as praças que compõem o conjunto metropolitano reúnem mais cidadãos, habitantes ou visitantes.

Essa distinção no uso também pode ser visualizada em um espaço público situado em um contexto de cidade menor, com viés interiorano, diferentemente de um espaço estabelecido em uma cidade de porte médio a grande, que possui densidades e tamanhos

diferentes. Em um artigo elaborado por Moreno (2021), ele analisa a sociabilidade e prática espaciais de jovens, de gerações distintas, em praças de cidades pequenas no estado de São Paulo. Moreno (2021, p. 489), por sua vez, afirma que a centralidade das praças que estão situadas em territórios menores exerce uma grande importância para os seus habitantes, pois estes, em sua maioria, se reconhecem e cultivam significados locais que permaneceram com o tempo.

Compartilhando de pensamento semelhante a Moreno (2021), para Simone Gatti (2017), as cidades menores trazem, em seus espaços, referências que já se perderam nas cidades grandes em razão das transformações ocorridas em seus territórios. Além da praça ser vista, para a autora, como principal ponto de permanência e socialização, as calçadas e ruas também apresentam importância para o desempenho de determinadas atividades, como caminhar, pedalar, sentar e observar.

“As pequenas e médias cidades possuem a característica de ter sua rede social baseada na proximidade e nas relações interpessoais. Esta característica fortalece a necessidade de se construir uma forma de viver junto a partir da pactuação e da coalizão”.

(GATTI, 2017, p. 14)

O significado dos espaços públicos tende a mudar e, como tal, a sua característica em atuar como local de encontro e de exposição social e simbólica, sendo ocupado e compartilhado igualmente por diferentes grupos sociais, como é o caso da Avenida Paulista, em São Paulo, que se mantém fechada aos domingos e feriados, resultando em um espaço de lazer, recreação, práticas desportivas, contemplação, conversas e cultura na rua livre e acessível. Essa ação estimula o convívio entre os diferentes indivíduos em um mesmo lugar, o que configura o local como um importante espaço público urbano (MORENO E FROIS, 2018).

De acordo com Matos (2010, p. 21), esses espaços podem ser divididos em duas tipologias espaciais genéricas, sendo elas: permanência e passagem. Partindo desse princípio, então, o que classifica as áreas como áreas de permanência e de passagem?

Person (2006, p. 14) delimita as áreas de permanência como aquelas destinadas ao convívio e que “possuam um desenho urbano que tenha como premissas aspectos ambientais sustentáveis”. Esses espaços se caracterizam como cenários de atividade que favorecem

práticas e comportamentos espontâneos ou o envolvimento nestes programas. Muitas vezes possuem mobiliários próprios, conforme ao que se destina o seu uso ou comportamentos que se pretenda estimular, como, por exemplo, brincar, descansar ou passear. O autor acredita que eles devem ser multifuncionais e idealizado de tal maneira que possa ser reorganizado a cada novo uso (MATOS, 2010, p. 21).

Os espaços de passagem são áreas voltadas para a circulação, que permitem a mobilidade de pessoas, como as ruas e calçadas. Person (2006, p. 14) assentada em Romero (2001) afirma que:

“os espaços de passagem não necessitam obrigatoriamente da adequação ambiental para beneficiar a permanência mais prolongada no espaço, mas sim elementos que sejam únicos ou inesperados, suficientemente atrativos para que se transformem em objetos de visitação’.

Para alguns, a rua é normalmente entendida como um espaço público destinado a passagem, a mobilidade de pessoas e mercadorias, local de uso temporário. Para outras, pode significar o espaço das relações sociais, através da sua forma e função (LABAKI, et. al, 2012, p. 168). Em um projeto de urbanização é o elemento que intervém no estabelecimento da cidade, a diferentes níveis dimensionais e limita o arranjo dos edifícios e quarteirões, sendo um espaço de importância na orientação dentro do município (LAMAS, s/d, p. 100).

“O que é uma rua? É uma via no interior de um aglomerado urbano que serve, especifica ou simultaneamente, para atravessar uma zona desse aglomerado, para acessar lugares situados ao longo ou imediatamente próximos a essa via, e para produzir um espaço coletivo utilizável em diversos tipos de atividades.

(ASCHER, 2010b, p. 18)

A compreensão da função das ruas e calçadas, para Jacobs (2000), vai muito além da circulação: são órgãos que mantêm a cidade viva e constituem o principal espaço público. A autora desenvolve o conceito “olhos da rua”, onde relaciona o uso dos espaços e a sensação de segurança nestes locais. Em outras palavras, esse conceito representa a presença das pessoas, principais protagonistas da cidade, que acabam adotando a função de vigiar a segurança urbana.

Como exemplo, a autora cita moradores que tornam as ruas mais seguras só por estarem em suas janelas, desconhecidos que transitam nas calçadas, e comerciantes em frente aos seus estabelecimentos (Jacobs, 2000).

Podemos ver que as ruas vão além de espaços para transitar. As crianças, em especial aquelas de baixa renda, com suas brincadeiras diversas dão outro uso para as ruas. Como, muitas vezes, não se tem *playgrounds* ou outros elementos de lazer convidativos voltados para o público infantil, estas realizam uma mudança temporária na função da rua, adotando a mesma como palco para brincar de futebol, *pega-pega* e outros passatempos.

Santos (1988, p. 91), atribui outra função e valor para as ruas:

“[...] servem para ligar os diversos pontos de interesse particular ou semipúblico, conformando uma rede de canais livres e de propriedade coletiva. Se não existissem, não haveria troca de espécie alguma [...] são o palco onde se desenvolvem os dramas e representações da sociedade. Aí acontecem desde a agitação de todos os dias até as celebrações especiais: as procissões, a parada de Sete de Setembro, o carnaval [...]”.

Compreende-se, então, que a rua atua como elemento estruturante no espaço público, indo além da função para a qual ela foi concebida. Na visão do pedestre, são infinitas as interpretações e possibilidades para este local. Desta forma, é perceptível que há uma diferença entre o que foi construído e para o quê se foi construído, e o simbolismo que este espaço carrega e cria através das expressões artísticas, conflitantes e culturais que ele abriga. A rua, então, se estende como um espaço público aberto para ensaiar a coexistência entre os opostos e incentiva a sociabilidade que se deseja e espera encontrar na cidade (JACOBS, 2000).

O parque urbano é uma área verde de função ecológica, estética e de lazer com dimensão territorial maior que uma praça ou jardim público (LIMA, et. al, 1994). Geralmente são espaços livres de edificações, amplos e caracterizados pela riqueza em arborização na região. Este tipo de espaço público, além de oferecer lazer e recreação para as pessoas, preserva o meio ambiente natural e promove melhoria das áreas verdes. No parque pode conter atrativos diversos como: caminhadas guiadas, playgrounds, espaços para contemplação, quiosques, ciclovias e afins.

Macedo e Sakata (2003, p. 14) conceituam o parque urbano de tal forma:

“Todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno.”

Em um estudo realizado por Szeremeta e Zannin (2013), foi demonstrado que a boa qualidade oferecida pelos parques urbanos traz benefícios para a população. O contato dos transeuntes com a beleza das paisagens e as estruturas físicas oferecidas neste ambiente contribui positivamente no bem estar, na saúde dos usuários através da realização de atividades físicas, incluindo a proposta de lazer. Os autores, fundamentados em Barton e Pretty, afirmam que “[...] apenas cinco minutos de caminhada em áreas verdes [...] já é suficiente para melhorar a saúde mental, com benefícios para o humor e a autoestima [...]”. Entretanto, Szeremeta e Zannin (2013) observam que não é unicamente a área verde que fará melhorias na saúde ou que irá fazer com que os cidadãos compareçam ao espaço público. Se faz necessário que estes ambientes abriguem elementos convidativos e infraestrutura que impulse os desejos, que corresponda as expectativas e atenda às necessidades dos sujeitos para que eles possam vir a usufruir do local, caso contrário, as pessoas podem não se sentirem atraídas a vivenciar aquele espaço e ele vir a se tornar um local vazio, sem uso (SZEREMETA E ZANNIN, 2013, p. 179).

As praças são espaços abertos, públicos e urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, tendo a primordial função de aproximar e reunir os indivíduos, seja por motivo cultural, econômico, político ou social (LIMA, et. al, 1994). De acordo com o ponto de vista de Lamas (2010, p. 102) a praça é definida como “lugar intencional do encontro, da permanência”, por proporcionar a convivência social; também caracterizado como espaço marcado pelas trocas de informações e mobilizações cidadãs através “dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio” e, conseqüentemente, os serviços que prestam a tornam espaço “de funções estruturantes e arquiteturas significativas”. Lamas (2010) também acredita que outros elementos morfológicos, como, terreiros e largos, não podem ser constituídos como praças porque não nasceram com tal função, com tal intencionalidade.

Viero e Filho (2009, p. 2) relatam que, em meados do século XVIII, as praças eram espaços exclusivamente projetados em torno dos palácios europeus, não sendo espaço público na cidade. Na época, os espaços livres eram, na verdade, os mercados populares ou as pessoas se reuniam em torno de igrejas e catedrais e, somente no século XIX, as praças passam a ocupar as cidades da maneira que vemos até hoje: como um espaço potencializador da identidade urbana, dotado de significados, símbolo arquitetônico e cenário para transformações sociais, culturais e históricas.

Além do significado político, a praça é utilizada como lugar para promover a cultura local. Baseados em Font, Viero e Filho (2009) consideram que a praça:

“É um espaço de reunião, construído para e pela sociedade, imbuída de significados, marcos centrais da constituição de trajetos, ponto de chegada e partida, concentração e dispersão. Consiste em espaço para pedestres e é palco representativo da dimensão cultural e histórica da cidade, além de abrigar, frequentemente, o comércio formal e o informal, como as feiras populares, coloniais, de artesanato, entre outras”.

Por se constituírem em um espaço formado pela presença significativa de vegetação arbórea, os seus benefícios percorrem a qualidade do meio ambiente e o equilíbrio ambiental, quanto a saúde e o bem-estar da população. Como exemplo temos o auxílio no conforto térmico pela absorção da radiação do sol, superfícies estáveis devido a fixação das raízes arbóreas no solo, suaviza a poluição visual, sonora e do ar, redução de impacto causados pelas águas pluviais, entre outros (RODRIGUES E MONTEIRO, 2019).

A função das praças sofre variações de acordo com a sua infraestrutura e sua localização no espaço urbano, resultando em uma maior ou menor visibilidade oferecida pelos seus usuários. Segundo Rodrigues e Monteiro (apud. MELO E ROMANINE, 2019, p. 4), as funções desempenhadas pelas praças estão vinculadas com a qualidade de vida que a cidade proporciona aos cidadãos, sendo as seguintes funções:

Psicológica: quando os usuários relaxam e usufruem de momentos de lazer e recreação por estarem em contato com os elementos naturais presentes naquele espaço;

Ecológica: melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, solo e água a partir da presença de vegetação, não impermeabilização do solo e diversificação da fauna;

Social: oferta de lazer na praça para a população;

Estética: embelezamento da cidade através da variação da paisagem construída;

Educativa: possibilidade de realização de atividades extraclasse e de programas de educação ambiental no local.

Entretanto, na atualidade, podemos ver que nas maiores cidades a realidade é que a praça assume uma função mais estética e de área verde, já não sendo mais bem vista como local para encontros e permanência, nem sendo usufruída como forma/espço de lazer.

3. PRAÇAS PÚBLICAS EM VILAS CAIÇARAS NO LITORAL BRASILEIRO INTRODUÇÃO

As análises efetuadas neste capítulo darão subsídios para embasar o projeto paisagístico desenvolvido. Os locais que serão analisados abordam e tecem considerações sobre a praça e o seu uso em vilas de pescadores com grande visibilidade turística. A relevância das vilas selecionadas está no fato de apresentarem características arquitetônicas similares ao do projeto que será desenvolvido. As vilas serão analisadas através de imagens fotográficas, pois não foi possível encontrar os desenhos técnicos no site das Prefeituras das cidades em questão. Então, serão reunidos dados descritivos de observação com o intuito de encontrar possíveis soluções arquitetônicas e paisagísticas para o projeto que será desenvolvido futuramente.

Vilas caiçaras são vilas de pescadores de cultura simples e tradicional de subsistência que ainda sobrevivem ao tempo, tendo, em sua cultura a pesca, a retirada de crustáceos dos manguezais, a agricultura e o artesanato (ARAÚJO et. al, 2017). O estilo de vida de quem mora nessas comunidades se diferencia bastante da agitação das cidades. Os moradores seguem um ritmo ditado pela natureza, pela tábua de maré e pela fase da lua.

Atualmente, essas regiões se transformaram em uma importante localização para o turismo de praia e sol e o ecoturismo, atraindo turistas de todo o Brasil e de outros países que buscam, nestas comunidades e em suas paisagens naturais, a tranquilidade e o relaxamento que as rotinas em cidades maiores não proporcionam. Devido a isso, a estrutura física das vilas é alterada buscando proporcionar um conforto melhor para os moradores e, na maioria das vezes, para os turistas que fortalecem a renda local.

3.1 PRAÇA DA TAINHA, VILA DE BARRA GRANDE, PENÍNSULA DE MARAÚ, BAHIA.

De acordo com o censo do IBGE (2000), o município de Maraú apresenta a menor taxa de urbanização da região do Baixo Sul baiano com apenas 15%. O município está inserido na Área de Proteção Ambiental da Península de Maraú, estando localizado a 251 Km ao sul da capital Salvador, e possui uma cultura riquíssima e quase totalmente preservada, o que atrai turistas de todas as partes do mundo. A cidade tem sua origem em uma aldeia indígena denominada Mayra, tendo sido descoberta em 1705 por frades capuchinhos italianos, sendo elevada à categoria de cidade em 30 de março de 1938, de acordo com o decreto de Lei nº

10.724. (ARAÚJO et. al, 2017). Por sua vez, a Vila de Barra Grande se caracteriza como o principal destino da península de Maraú e, atualmente, tem o turismo ecológico como principal fonte de economia. Autores afirmam que, na alta estação, o local é um dos mais visitados na região do litoral sul baiano e que a cada ano o fluxo de visitantes na vila aumenta (BORGES et. al, 2015).

Além do turismo de praia e sol e dos passeios de *buggy* ou quadriciclo, a Vila de Barra Grande conta com uma praça que reúne os turistas e moradores, principalmente à noite. Tendo as suas ruas de areia conservadas, a praça da Tainha abriga lojas de artesanato, rede de gastronomia mais requintada e, também, com opções da culinária local. A praça é arborizada com árvores de médio a grande porte que possuem copas espessas, tendo, em seus galhos, guarda-chuvas coloridos e iluminações espelhadas que atuam como elementos decorativos.

Figura 03 – Guarda-chuvas compõem a árvore na Praça da Tainha, na Vila de Barra Grande



Fonte: Instagram, 2022

Figura 04 – Praça da Tainha



Fonte: Hypesess, 2014

O mobiliário urbano da praça é constituído de lixeiras, bancos e postes de iluminação feitos em madeira. Além de dar um ar rústico ao local, o material utilizado é o mais recomendado em áreas de praia devido a grande salinidade do local. Através das figuras 04, 05 e 06, é possível visualizar que os bancos estão localizados ao redor das árvores, outros espalhados dentro do perímetro da praça e alguns contam com singela cobertura em madeira para a proteção dos usuários das intempéries.

Figura 05 e 06 – Bancos em madeira compõem o mobiliário urbano



Fonte: G1, 2022

Figura 07 – Postes de iluminação



Figura 08 – Quiosques



Fonte: Diário de Salvador, 2021

3.2 PRAÇA DO DISTRITO COQUEIRO, JANDAÍRA, BAHIA.

Coqueiro é um pequeno povoamento do município de Jandaíra, Bahia, que está localizado no litoral norte baiano a 240km da capital Salvador. A praia de Coqueiro tem 6km de extensão com diversas dunas e uma única barraca de praia. A vila de pescadores conta com uma tranquilidade profunda e, a partir de 2020, a sua estrutura física passou por recentes modificações (LEITE, 2019).

A praça do distrito Coqueiro teve a sua construção iniciada ao redor da Igreja de São José, padroeiro do povoado. A primeira etapa da “Praça do Coqueiro” (como é popularmente chamada pelos moradores), de acordo com a Prefeitura de Jandaíra (2019), abrangia a reforma da igreja a partir da igreja. Através da análise das imagens 07 e 08, é possível verificar que o local perde a sua pavimentação original sendo substituído por um calçamento asfáltico. A igreja adquire cores mais vivas que atraem a atenção dos transeuntes, os aparelhos de ginástica para o incentivo e o bem-estar físico dos usuários são locados em um determinado ponto da praça e postes, bancos e lixeiras em madeira compõem o mobiliário urbano da praça que anteriormente, na imagem 07, é visto que era inexistente.

Figura 09 – Igreja de São José, no povoado Coqueiro/BA



Fonte: Assenço, 2019

Figura 10 – Igreja de São José após primeira etapa da construção da praça. Povoado Coqueiro, Jandaíra, Bahia



Fonte: Acervo autoral, 2022

A praça é formada por elementos destinados ao público diverso: parque infantil forrado com grama sintética, um quiosque e um pergolado com flores, como é registrado nas figuras 11, 12 e 13.

Figura 11 – Pergolado com flores e quiosque ao fundo. Distrito Coqueiro/BA



Fonte: Acervo autoral, 2022

Figura 12 – Parque infantil



Figura 13 – Parque infantil



Fonte: Acervo autoral, 2022

A segunda etapa da praça foi entregue e inaugurada no dia 09 de abril de 2022 e contou com um maior programa de necessidades, sendo eles: uma quadra de vôlei de areia, vila

gastronômica, estacionamento, ciclofaixa para caminhadas e mesas com bancos posicionadas em alguns pontos da praça (PREFEITURA DE JANDAÍRA, 2020). Sendo um local litorâneo, a madeira foi um elemento principal na composição deste projeto devido a sua durabilidade em locais de maresia. Apesar da conservação das ruas em areia não ter sido prioridade, é visto que a arborização existente foi respeitada e a região teve a sua iluminação precária melhorada ofertando conforto visual para os usuários.

Figura 14 – Vila gastronômica do povoado Coqueiro/BA



Fonte: Acervo autoral, 2022

Figura 15 – Quadra de vôlei. Paralelepípedos, grama e tintas dão contraste na pavimentação utilizada no projeto



Fonte: Acervo autoral, 2022

Figura 16 – Pergolado atuando como cobertura na passagem da vila gastronômica

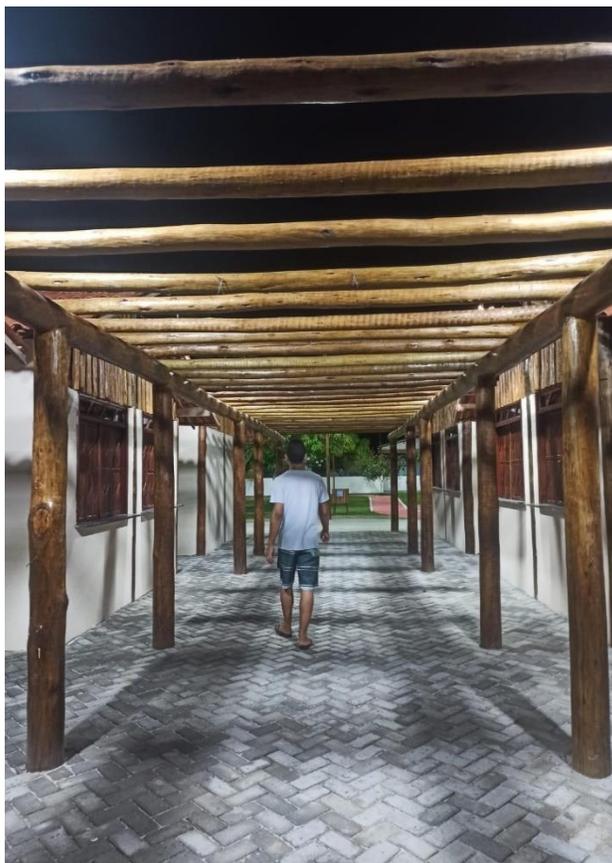


Figura 17 – Fachada dos quiosques que compõem a vila do povoado Coqueiro/BA



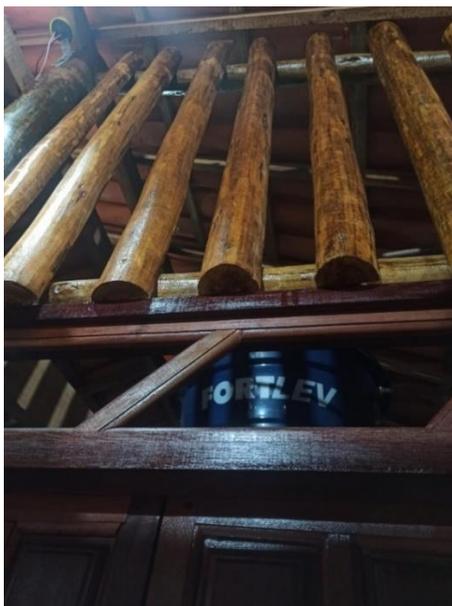
Fonte: Acervo autoral, 2022

Moradores se mostram satisfeitos com a implantação da praça. Defendem que a vila ficou mais bonita, se tornou mais atrativa e valorizada, principalmente para os visitantes. É visto que esse espaço público é bastante utilizado pelos habitantes, seja para conversar, jogar cartas, vôlei, experimentar a culinária local. A sensação de pertencimento ao lugar, ao espaço e, especificamente, ao povoado foi aflorada perante este local.

Outros aspectos referenciais interessantes são os quiosques que formados por elementos estruturais em madeira, assim como as esquadrias. Através da Figura 18, é visto que na parte superior está localizada a caixa d'água, tendo ripas espaçadas para favorecer a

ventilação. O pergolado é simples e sem a presença de cobertura vegetal, mas percorre toda a extensão da vila ofertando uma sensação agradavelmente acolhedora.

Figura 18 – Vista da caixa d'água na parte superior do quiosque



Fonte: Acervo autoral, 2022

Além disso, podemos ressaltar também os mobiliários urbanos. Comparando as figuras 19 e 20, notamos que os bancos em madeira aparentam compor melhor o espaço. Por se tratar de uma vila de pescadores, concluímos que o melhor material para conversar com a paisagem natural é a madeira, pois o concreto se distancia do que a natureza da vila oferece.

Figura 19 e 20 – Contraste da madeira e concreto presentes no mobiliário urbano



Fonte: Acervo autoral, 2022

Figura 21 – Mobiliário urbano: banco em madeira



Fonte: Acervo autoral, 2022

Figura 22 – Mobiliário urbano: lixeira em madeira



Fonte: Acervo autoral, 2022

3.3 PRAÇA EDVÁ ESMERINO DA SILVA, JERICOACOARA, FORTALEZA, CEARÁ

Localizada em Fortaleza, no estado do Ceará, antes das atividades turísticas Jericoacoara era uma pequena comunidade de pescadores, localizada a beira mar e tendo em seu passado raízes indígenas (MOLINA, 2008). A sua praça principal, a Praça Edvá Esmerino da Silva foi inaugurada em 2012 e tem todas as características do lugar, com os bancos no centro todos em formato de canoas, além de dois quiosques cobertos de palha. A "Pracinha de Jeri", como é carinhosamente chamada, é um local aconchegante e agradável, com restaurantes e lojas de artesanato em seu entorno se tornando um ótimo ponto de encontro e referência na vila (PREFEITURA DE JERICOACOARA, s/d).

Figura 23 – Banco em formato de canoa, Pracinha de Jeri/CE



Fonte: Oliveira, s/d

Hoje a vila se tornou um dos principais pontos turísticos de Fortaleza, recebendo pessoas de todo o mundo. Jericoacoara, apesar das transformações realizadas em sua infraestrutura, ainda mantém a sua originalidade e encanto. As suas ruas de areia oferecem um charme a mais para a vila e para os transeuntes que, obrigatoriamente, devem se locomover a pé, pois não é permitido o tráfego de carros particulares (PREFEITURA DE JERICOACOARA, 2020). Na figura a seguir, observamos que a praça é constituída por uma base em concreto e alguns pontos verdes da grama que se destacam no local, entrando em contraste com a arquitetura

rústica da vila. Localizada no centro nota-se uma fonte de água no meio das pedras e, mais ao fundo, os quiosques com a cobertura em palha e estrutura em madeira.

Figura 24 – Ponto central da Praça Edvá Esmerino da Silva



Fonte: Raquel, 2020

Na figura 25, constata-se que o tótem colorido, ao levar o nome da vila juntamente com um coração ao seu lado direito, produz mais um ponto turístico para os indivíduos que visitam Jericoacoara e proporciona uma nova perspectiva referente a região para os seus moradores.

Podemos considerar que os bancos em formato canoa são o diferencial da pracinha. Essa característica de mobiliário não só remete a cultura do lugar, como informa que os elementos inseridos neste espaço atraem e despertam a curiosidade dos visitantes e, principalmente, valoriza e reforça a identidade dos moradores com o local, pois estes fazem parte da história e da cultura da Vila de Jericoacoara.

Figura 25 – Banco em formato canoa e ao fundo totem com o nome “Jericoacora”



Fonte: Raquel, 2020

3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ANÁLISES

Através dos estudos de casos, pudemos tomar conhecimento de alguns projetos de praças em vilas caiçaras desenvolvidos no Brasil. Também pudemos observar os diferentes níveis de envolvimento dos projetos analisados com a cultura local e de que modo estes atuam no espaço, se preservaram a origem da vila ou se as modificações foram maiores. De uma forma geral, podemos apontar que esses projetos apresentam as seguintes questões:

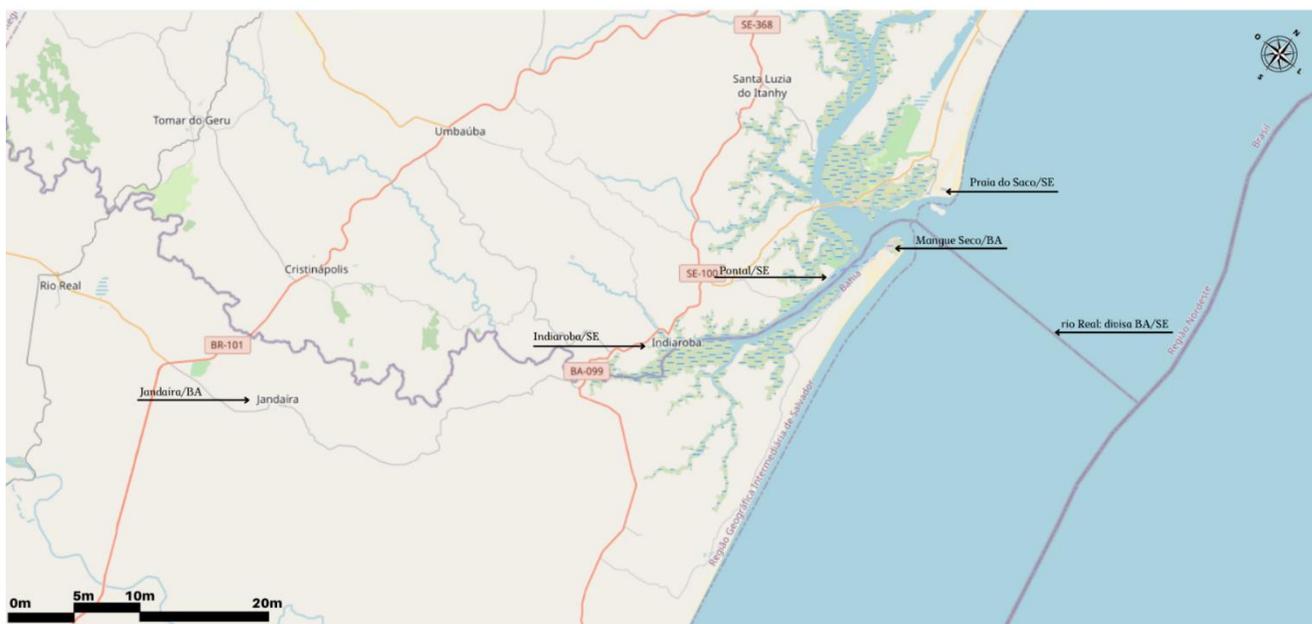
- a) O uso de mobiliários em madeira oferece maior duração e conservação;
- b) Designar pontos que proporcionem atividades diversas para diferentes públicos (parques, restaurantes, ponto para fotografia, ciclofaixas etc);
- c) Elementos diferentes atraem a atenção, despertam a curiosidade e fortalecem a identidade dos moradores com o local (bancos em formato de barcos, cobertura em palha).

Por fim, conclui-se que os projetos em questão contribuem para a formação e extensão do repertório de referências projetuais que poderão ser utilizadas para o desenvolvimento do projeto paisagístico.

4. ESTUDO DE CASO: POVOADO MANGUE SECO

Anteriormente chamado de Santa Cruz da Bela Vista, o povoado Mangue Seco é uma pequena vila de pescadores que está situada no município de Jandaíra, na Bahia, sendo a última praia no extremo norte do litoral baiano. Distante 250 km da capital Salvador, a localidade faz divisa através do rio Real com o estado de Sergipe e sua população não ultrapassa os 200 habitantes. A vila é margeada pelo rio Real a sua frente e o Oceano Atlântico passa ao seu lado direito. Apesar de pertencer a Bahia, a vila possui maior conexão com Sergipe em virtude da sua localização e proximidade com o estado sergipano. Na figura 27 é possível verificar que os municípios e povoados mais próximos de Mangue Seco são: Estância (Praia do Saco), Pontal, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, todos pertencentes ao estado de Sergipe (LEITE, 2019).

Figura 27 – Localização do povoado Mangue Seco/BA e seu entorno



Fonte: Open Street Map, 2022 (modificado pela autora)

Os primeiros relatos da sua ocupação datam do ano 1548, quando um navio com jesuítas – não se sabe quantos – naufragou na região e aqueles que se salvaram habitaram o povoado. Embora existam poucas informações e detalhes a respeito da fundação da vila e dos seus anos iniciais, sabe-se que o povoado foi batizado pelos padres com o nome de Santa Cruz da Bela Vista. Na época, por estar localizado entre o rio e o mar, o povoado tinha uma importante participação no comércio regional, principalmente na venda de coco (LEITE, 2019). Entretanto,

relatos informam que, na década de 30, o avanço da maré fez desaparecer uma rua onde estavam localizados os armazéns e casas de comerciantes e, como resultado, o povoado perdeu a sua importância comercial e foi se transformando, aos poucos, em vila de pescadores (LEITE, 2019).

Moradoras do Mangue Seco há 76 e 72 anos, respectivamente, as irmãs Luísa e Raimunda Aguiar relatam que naquela época não havia nem energia elétrica e nem água encanada. Os alimentos eram conservados em uma geladeira alimentada a gás, a iluminação era proporcionada pela lua ou pelos lampiões e a água era coletada em um poço localizado na praça da igreja. As brincadeiras eram cantigas de roda, colher frutas das árvores no quintal dos vizinhos e escorregar nas dunas.

Figura 28 – As irmãs Luísa, de vestido, e Raimunda Aguiar, de blusa azul



Fonte: acervo autoral, 2022

Em 1989, a beleza do povoado foi retratada na telenovela *Tieta do Agreste* tendo sido inspirada na obra literária de mesmo nome do escritor baiano Jorge Amado. A partir das entrevistas informais realizadas, os moradores afirmam que o vilarejo ganhou visibilidade a partir

da exibição desta novela e, como resultado, passou a atrair pessoas de todas as partes do mundo. Conseqüentemente, os moradores que antigamente proviam o seu sustento através das atividades de subsistência (a exemplo da pesca, da extração de mariscos, da agricultura e da extração do coco) encontram uma nova atividade para a geração de renda: o turismo. Desta forma, o povoado passou a receber mais turistas e, atualmente, o ecoturismo e o turismo litorâneo (de praia e sol) se tornaram a principal fonte econômica do local. Com empregos diretos e indiretos, os moradores de Mangue Seco aos poucos foram se transformando em motoristas de *buggy*, canoieiros, vendedores de comidas típicas (cocadas, aratu na folha de bananeira, mangaba), entre outros. Atualmente, boa parte dos moradores utilizam a pesca e o cultivo de ovelhas apenas como forma de consumo próprio.

Figura 29 – Atividades do vilarejo: pescadores no rio Real



Fonte: Acervo autoral, 2022

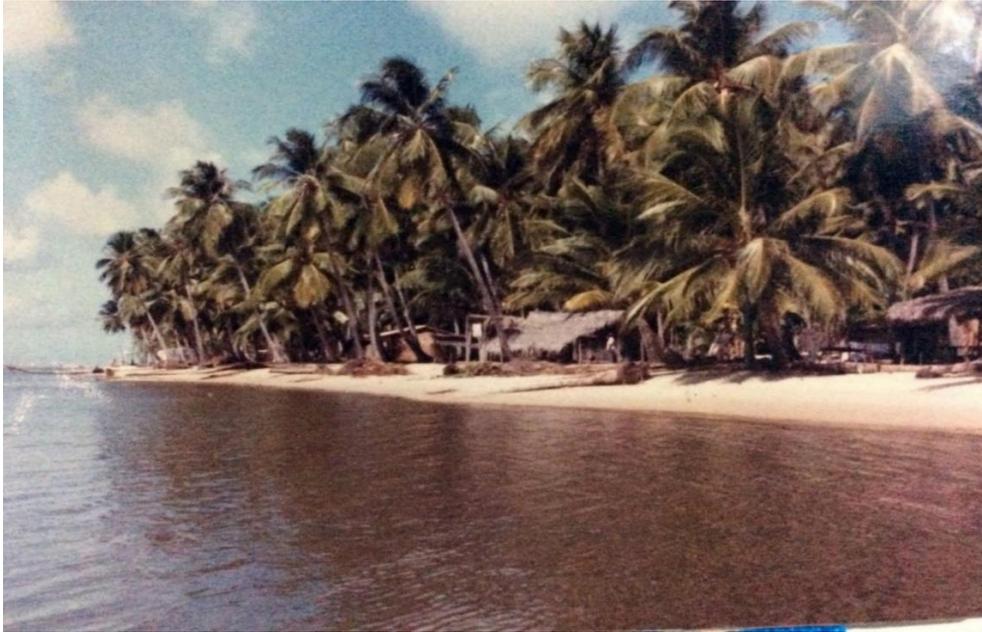
Figura 30 – Atividades do vilarejo: ovinos sendo pastorados



Fonte: Acervo autoral, 2022

Nascida e criada no Mangue Seco há 83 anos, Ana Flora Amado hoje dedica o seu tempo ao Recanto da Dona Sula. Herança da sua mãe, Sula Amado, o Recanto da Dona Sula é muito procurado pelos visitantes que querem conhecer e tirar fotografias da casa que era da personagem Tieta. Dona Ana, que é prima de segundo grau do escritor Jorge Amado, conta que o local teve início com a venda do doce de araçá e licor de jenipapo. Com a chegada do turismo em Mangue Seco, o Recanto hoje abriga variedades em artesanatos locais, doces e sorvetes de frutas típicas da região, tornando-se o ponto mais característico da região. Entre um atendimento e outro, dona Ana relata que as mudanças socioeconômicas resultaram em grandes modificações na infraestrutura da vila. As residências que antes eram feitas em pau a pique ou tábuas de madeira e com cobertura de palha, passaram a ser construídas com blocos e cobertura cerâmica. Acrescenta que algumas já possuem teto solar e que essas residências mais elaboradas são de propriedade dos turistas que conheceram a vila e decidiram ficar. Entretanto, comenta aliviada, que as ruas de areia branca ainda mantêm a originalidade do lugar.

Figura 31 – Casas na Vila de Mangue Seco/BA, década de 80



Fonte: Acervo autoral, 2022

Figura 32 – Novas tipologias de construção



Fonte: Acervo autoral, 2022

Apesar de ser um local tranquilo, a comunidade conta com comemorações anuais, sendo elas: a festa de Bom Jesus dos Navegantes e a festa de São José, realizadas em 1º de

janeiro e durante o mês de maio, respectivamente. Além disso, durante os meses que não há comemorações, os moradores realizam quermesses e bingos com o objetivo de arrecadarem quantias em dinheiro para esses festejos religiosos citados (figura 34). Em período de alta estação (dez-mar), os visitantes sentem-se à vontade para participar das festas que contam com missas realizadas na Igreja de Bom Jesus dos Navegantes, datada do século XIX, e procissão a pé pelo povoado seguida por uma embarcação marítima pelo rio Real. A festa é aberta para todos; como os próprios moradores dizem: “é da comunidade, para ela e os seus visitantes”.

Figura 33 – Recanto da D. Sula Amado



Fonte: Acervo autoral, 2022

Figura 34 – Quermesse e a Igreja de Bom Jesus dos Navegantes



Fonte: Acervo autoral, 2022

Atualmente, Mangue Seco possui instalação elétrica e água fornecida através de poços artesianos. O local também ganhou um “shopping” que, na verdade, é um ponto de vendas de produtos artesanais com direito a um ar condicionado natural, como falam os moradores. A infraestrutura da vila de Mangue Seco melhorou e hoje é composta por restaurantes que têm em seus cardápios a culinária local (aratu, caranguejo, moquecas variadas e suco da fruta mangaba), pousadas diversas (com e sem piscina), mercearias e, como mencionado anteriormente, o recanto da Dona Sula (local de artesanato e doceria na região).

Figura 35 – O encanto do *shopping* Mangue Seco



Fonte: Acervo autoral, 2022

Figura 36 – Fachada da pousada Algas Marinhas



Fonte: Acervo autoral, 2022

As atividades de lazer dos moradores são caracterizadas por conversas e reuniões embaixo das árvores, banhos e passeios de caiaque no rio Real, andar a cavalo, etc. Entretanto, além da praia e do sol, os turistas buscam os passeios de *buggy* e quadriciclo na região para o lazer. Esses passeios são realizados pelas dunas do povoado que conta com 5 paradas consideradas obrigatórias. Também é possível realizar passeios de lancha que saem de Mangue Seco e vão até a Praia do Saco, em Estância.

Figura 37 – Passeio de lancha em Mangue Seco, Bahia



Fonte: Acervo autoral, 2022

Antigamente o acesso até o povoado era mais difícil. Hoje em dia, partindo de Salvador ou de outra praia do litoral norte baiano, o acesso é possível através da Linha Verde (a rodovia BA-099 e que se torna SE-368). Na entrada para Pontal, já no estado de Sergipe, deixa a Linha Verde e segue por mais 12 km de asfalto até chegar ao vilarejo de Pontal, em Sergipe, onde tem estacionamentos para deixar o carro. Feito isso, no atracadouro consta barcos, canoas e lanchas para realizar a travessia do rio Real até Mangue Seco.

Figura 38 – Passageiros aguardando e embarcações atracadas no píer do povoado Pontal/SE



Fonte: Acervo autoral, 2022

Através da cidade de Aracaju segue a ponte Joel Silveira, inaugurada em 2010, sentido as praias via litoral Sul de Sergipe. O viajante deve continuar pela estrada até o porto da N'angola, onde se localiza a Ponte Gilberto Amado, localizada no povoado Porto do Mato, pertencente a Estância, onde é possível realizar a travessia pelo rio Real para Mangue Seco.

Figura 39 – Mapa mostrando o povoado Pontal/SE, Ponte Gilberto Amado e Praia do Saco/SE no entorno de Mangue Seco/BA



Fonte: Open Street Map, 2022 (modificado pela autora)

Figura 40 – Vista do povoado Pontal/SE



Fonte: Acervo autoral, 2022

Figura 41 – Rio Real: faz a divisa dos Estados Bahia e Sergipe



Fonte: Acervo autoral, 2022

4.1 O PERTENCIMENTO DA POPULAÇÃO LOCAL NO ESPAÇO PÚBLICO E A PESCA EM MANGUE SECO

Embasado em Mark Francis, o autor Alex Sun (apud SUN, 2008, p. 21) discute que os indivíduos detêm o direito de controlar o uso e a sua satisfação nos espaços públicos, pois, sendo as pessoas o centro principal na concepção dos projetos de espaços livres na cidade, sem estes usuários o público não teria sentido. Estes espaços, se bem sucedidos, conseguem criar uma relação de identidade e pertencimento entre o usuário-espaço contribuindo de forma positiva para o cotidiano.

Segundo Klein (2016, p. 47), a busca por transformar um espaço em lugar pode ser entreposto pelos processos afetivos, que abrange sentimentos e emoções, e conduz a maneira como os sujeitos habitam, circulam e sentem a cidade.

É visto que as vilas de pescadores que estão localizadas nas áreas litorâneas do país vêm enfrentando mudanças no seu modo de vida e de subsistência, tendo como motivo as “pressões decorrentes da degradação ambiental”, o processo da “expansão urbana”, a “destruição dos espaços costeiros” ou a atividade turística nestas regiões – este último sendo o caso de Mangue Seco/BA (SILVA, 2013, p. 69-81).

Mangue Seco possui como regiões limítrofes praias que são determinadas como pontos turísticos importantes do litoral sul de Sergipe, a exemplo da Praia do Saco e a Praia do Abaís, ambas pertencentes ao município de Estância/SE. A vila de Mangue Seco passou por processos de modificações com a implantação do “calçadão” que ofereceu um novo ar ao cenário do pequeno vilarejo e tendo sido recebido positivamente pelos moradores da região. Através da observação participante foi possível verificar que os moradores utilizam o calçadão de formas diversas, sendo elas: socializações, caminhadas, contemplação da paisagem e a prática da pesca com linha e anzol (atividade comum entre os moradores mais velhos).

Joventino Alves conta que iniciou na pesca com os avôs. Na época, tendo somente 8 anos de idade, o avô o levava para pescar em alto mar e a avó o colocava para ajudá-la a tecer as redes que seriam utilizadas na pescaria, sendo confeccionadas com a fiação das folhas do tucum – uma espécie de palmeira.

Joentino explica que na volta o pescado era salgado para manter a conservação e logo depois dividido: parte ficava para consumo e parte para a comercialização na feira de Indiaroba/SE que era realizada aos domingos. Quando não era possível ir à feira, os peixes eram vendidos para os moradores mais velhos do povoado, geralmente pessoas aposentadas e que não pescavam. Ele diz *“quando a gente pescava um peixe bom, muito bom, a gente corria para chegar e vender primeiro do que os outros pescadores”*.

Figura 42 – Joentino Alves, pescador do Mangue Seco



Fonte: Acervo autoral, 2022

Inês Alves, 60, irmã de Joentino, não pescava, mas ajudava na parte da comercialização. Ela relata que, na feira, o pescado tinha a opção de ser vendido ou trocado por outros produtos alimentícios como feijão, farinha e arroz. Hoje em dia Inês é proprietária de uma barraca de praia na região e diz perceber que a compra dentro do povoado aumentou devido ao surgimento dos restaurantes e das pousadas, entretanto, os pescadores diminuíram significativamente.

Hoje, com 64 anos, Joventino afirma que uma pescaria para ser considerada boa gira em torno de 20kg de pescado. Antigamente, esse número variava entre 120kg a 150kg. Ele atribui essa redução extrema ao constante movimento de embarcações na vila. Além disso, o mesmo acrescenta que as atividades tradicionais executadas em Mangue Seco já não têm a importância de antes, sendo hoje colocadas em segundo plano pelos mais jovens, conforme o crescimento das atividades relacionadas ao segmento turístico, mas defende a implantação de um mercado do peixe na região.

4.2 PANDEMIA: IMPACTO NO TURISMO DE MANGUE SECO/BA

A vila de pescadores e a praia de Mangue Seco/BA passaram por medidas restritivas e *lockdown* durante a pandemia do Coronavírus. Com o intuito de controlar a disseminação do vírus da Covid-19 na região, Rui Costa, atual governador do estado da Bahia, determinou disponibilidade de acesso à vila somente por moradores do povoado e estando fechada para turistas e visitantes (HORA NEWS, 2021).

Em uma carta endereçada à sociedade civil e aos órgãos competentes, é possível ver que os moradores do Mangue Seco, através da Associação de Moradores e Filhos de Mangue Seco e juntamente com outros Povos e Comunidades Tradicionais, afirmam em um determinado trecho do documento que estão passando por necessidades, pois “*não há o que comer*” devido ao “*cenário de isolamento social*” (VICTOR, 2021).

Tratando-se de um local que tem como principal fonte de renda o turismo, foi visto que a insegurança alimentar durante o período do isolamento social percorreu o povoado: restaurantes permaneciam fechados, *bugueiros* não tinham para quem trabalhar e sem turistas e visitantes na região, a economia do local foi ficando cada vez mais preocupante. Algumas famílias conseguiram o auxílio financeiro emergencial oferecido pelo Governo; em contrapartida, os jovens e adultos que não conseguiram se beneficiaram da pesca para alimentar a si e as suas famílias. Entretanto, é correto dizer que nem todos os dias a pesca era satisfatória. Com o agravamento dos casos de Covid-19 e sem perspectiva de reabertura do povoado, muitas pessoas passaram a pôr até três redes por vez no mar na tentativa de conseguir uma pescaria positiva. Diante deste cenário, o atual prefeito do município de Jandaíra/BA passou a distribuir cestas básicas na região, assim como tinha sido solicitado na carta aberta enviada pelos Povos e Comunidades Tradicionais: “*(...) acesso às cestas básicas dignas para nossa existência (mais do que subsistência) até haver condições de retomar nossos trabalhos em segurança*” (VICTOR, 2021).

5. A PROPOSTA PAISAGÍSTICA PARA O POVOADO MANGUE SECO

Localizada a 1,7km da Praia do Mangue Seco, a área de estudo possui pouco mais de 15 mil metros quadrados e se encontra predominantemente margeada por coqueiros e implantada ao fundo da cooperativa dos bugueiros. Sua topografia é plana, sem a interferência de elementos construídos ou naturais, e esses fatores fazem com que os moradores utilizem a área para partidas informais de futebol. Em seu entorno há o posicionamento de vias para veículos e pedestres. Para melhor compreensão observemos as figuras 43 e 44.

Figura 43 – Vista aérea de Mangue Seco



Fonte: Google maps, 2022

Figura 44 – Imagem aproximada da vista aérea de Mangue Seco



Fonte: Google maps, 2022

Apesar de ser uma região de preservação permanente, a Prefeitura de Jandaíra (2010, p. 72) afirma no art. 2 da Lei Orgânica do Município que Mangue Seco “constitui a área de preservação permanente do Município não edificante”, salvo quando a construção for destinada a “instalação de equipamentos turísticos e parques” ou de espaços públicos que “incentivem a educação ambiental”, devendo ser utilizado na forma da Lei e sempre assegurar a preservação dos recursos naturais.

Figura 45 – Localização do terreno e vias do entorno



Fonte: Google Maps (modificado pela autora), 2022

Se tratando de um local com legislação precária, as vias e ruas de Mangue Seco foram todas construídas pelos moradores. No entorno do terreno pode-se dar destaque para duas vias, sendo elas: a via principal, em amarelo; e a via secundária, em lilás. A via ressaltada em cor laranja não é mais utilizada no momento. A via em rosa contorna o rio Real e é a única via exclusiva para pedestres e que foi construída pela Prefeitura de Jandaíra. Feita em paralelepípedos, o calçadão (como é chamado pelos moradores), foi criado para embelezar a estrutura de matações existente nesta região. O caminho valorizou o povoado, tornou o deslocamento mais confortável principalmente para quem tem dificuldades de transitar pela areia (como os idosos) e, também, passou a ser muito utilizada como área para exercícios físicos como as caminhadas e corridas.

Figura 46 – Via exclusiva para pedestres



Fonte: Acervo autoral, 2021

Apesar de ser uma vila que recebe uma grande quantidade de turistas durante todo o ano, Mangue Seco ainda conserva boa parte das suas antigas características. Visualiza-se na figura 45 – Uso e ocupação do solo que a vila tem uma predominância residencial. Em segundo plano estão as residências de uso misto caracterizadas pelas casas ligadas a alguma tipologia de comércio: pizzaria, loja de vestuário, bar ou mercearia. No povoado, o único terreno vazio é a área em estudo.

Figura 47 – Uso e ocupação do solo



Fonte: Google Maps (modificado pela autora), 2022

O gabarito predominante na região é de 1 pavimento. Através da figura 41 – Mapa de gabarito, é visto que somente 3 edificações tem 2 pavimentos. Essas edificações em questão são duas residências que abrigam comércio no térreo e a terceira, de maior dimensão, é uma pousada.

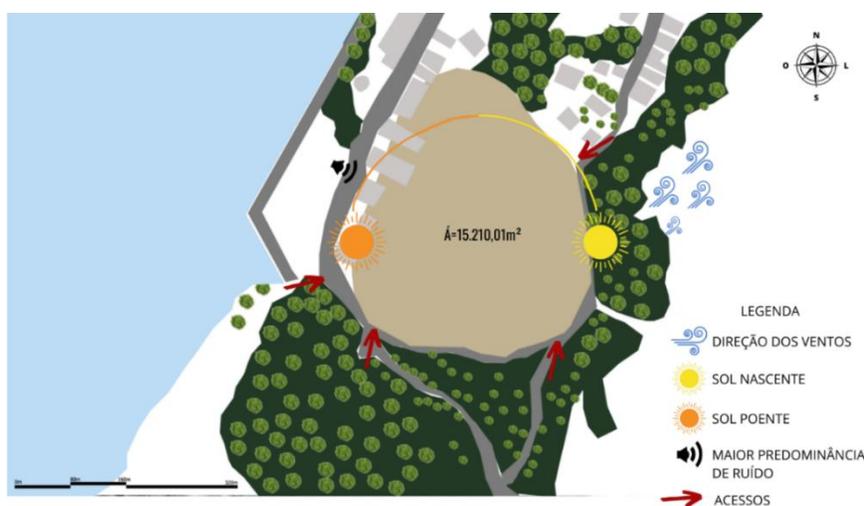
Figura 48 – Gabarito



Fonte: Google Maps (modificado pela autora), 2022

Os ruídos são originados da via principal, onde está instalada a cooperativa dos bugueiros, devido a passagem de *buggy* e quadriciclos. Os ventos predominantes vêm do sentido nordeste, o período de insolação tem grande incidência durante o ano todo. O sol nasce no sentido das dunas e se põe na direção do rio Real. O terreno tendo uma numerosa quantidade de vegetação em seu perímetro, mas o sombreamento não abrange toda a sua extensão. Por ter poucas edificações em seu entorno, é possível ver na figura 47 – condicionantes ambientais que o acesso ao terreno é facilitado por 4 pontos das vias.

Figura 49 – Condicionantes ambientais



Fonte: Google Maps (modificado pela autora), 2022

No embasamento teórico foi visto que as áreas públicas moldam os laços comunitários nos bairros, povoados, cidades e afins. São locais de encontros e sua apropriação pode facilitar a mobilização política e estimular ações por parte dos moradores (JACOBS, 2000). Sendo assim, é necessário que as pessoas de todos os gêneros e faixa etária utilizem esses espaços para que estes sobrevivam.

Desta forma, foram realizadas entrevistas informais, estruturadas e não estruturadas, de forma presencial com o objetivo de compreender os desejos e as necessidades do público-alvo em questão: moradores, bugueiros, pescadores e turistas. As entrevistas foram ocorridas nas casas dos próprios moradores, no terreno de estudo ou na cooperativa dos bugueiros. Ao final, todas as entrevistas foram compatibilizadas em um gráfico estilo pizza para melhor compreensão dos resultados obtidos.

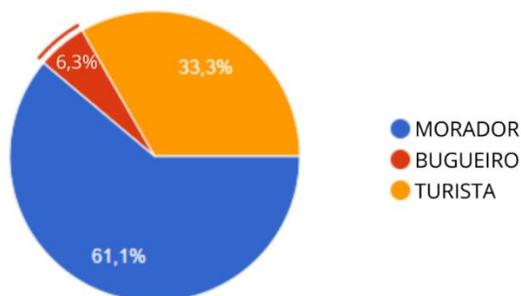
Figura 50 – Momento da entrevista com Ana Flora Amado



Fonte: Acervo autoral, 2022

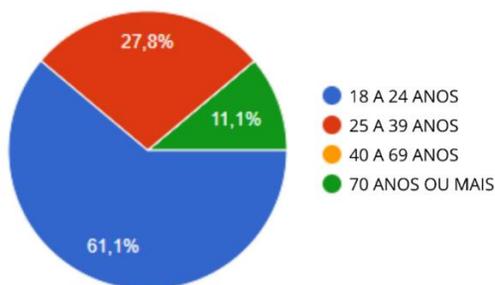
As perguntas iniciais eram de múltipla escolha e o roteiro abrangia pessoas entre 18 e 80 anos. Não houve necessidade de saber o gênero do entrevistado em questão, pois o objetivo era entender a sua relação com a área de estudo e as suas expectativas perante a mesma, para, assim, podermos definir um programa de necessidades inicial. Foram obtidas 54 respostas sendo a maioria moradores de 18 a 24 anos (61,1%).

Figura 51 – Gráfico Público-Alvo



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

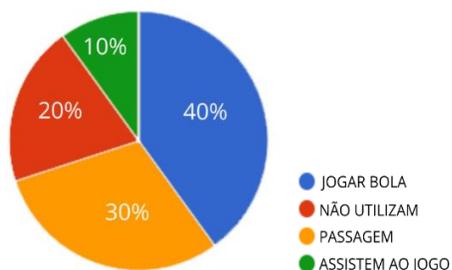
Figura 52 – Gráfico Faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

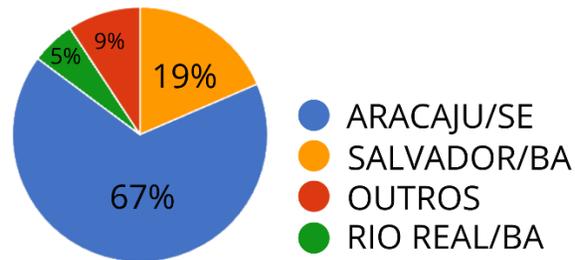
A terceira pergunta era direcionada exclusivamente aos moradores e bugueiros. Ao serem perguntados sobre o(s) motivo(s) pelo(s) qual(is) vão ao campo¹, a grande maioria informou que vão jogar bola enquanto as demais se dividiram entre: utilizam a área apenas como local de passagem, assistir aos jogos ou não utilizam a área. Por sua vez, a pergunta direcionada exclusivamente aos turistas tinha como objetivo verificar por quanto tempo estes visitantes permanecem na região. Como já era esperado, a maioria passa o final de semana, mais precisamente de sexta a domingo. Quem respondeu que pretendia ficar semanas, geralmente estava de férias ou visitando algum parente na região. O interessante a ser observado é a predominância dos visitantes sergipanos em Mangue Seco, comprovando que os municípios do Estado de Sergipe possuem maior influência na vila.

Figura 53 – Gráfico uso do campo pelos moradores e bugueiros em porcentagem



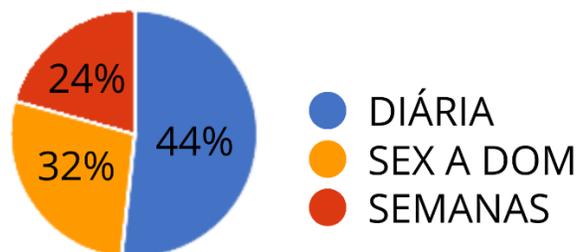
Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Figura 54 – Gráfico local de origem



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Figura 55 – Gráfico tempo de estadia



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

As duas últimas perguntas foram elaboradas de forma subjetiva para que as

¹ A área de estudo é chamada de “campo” pelos moradores da Vila de Mangue Seco.

respostas fossem pessoais e não houvesse influência alguma nas respostas fornecidas pelos entrevistados. Quando questionados sobre o que costumam fazer como atividade de lazer no povoado, a maioria informou que vão à praia ou ao rio Real para se banhar (42%), deslocam-se até o calçadão para se reunir com amigos e colegas a noite (29%) ou contemplam o rio Real e caminham pelo povoado (24%). Também foi dito andar a cavalo e se deslocar de casa para ir até a igreja de Bom Jesus dos Navegantes quando tem missa. No gráfico 06 – Formas de lazer de acordo com os entrevistados, essas últimas respostas estão definidas como “outros”.

Figura 56 – Bugueiro após a finalização da entrevista



Fonte: Acervo autoral, 2022

Na pergunta final, o propósito era descobrir o interesse e as expectativas dos públicos-alvo perante a área de estudo. Portanto, foi perguntado o que atrairia ou seria interessante ter naquele espaço caso este viesse a se tornar uma praça pública. Para os turistas, foi mostrada uma fotografia do lugar para que estes pudessem responder. Sendo respostas de cunho pessoal e sem opções de escolhas, os resultados obtidos foram bastante variados. No geral, foi observado que o público de faixa etária maior deseja local para sentar, conversar, contemplar a paisagem ao redor e observar as crianças brincando. Por outro lado, os mais jovens expressaram que gostariam de quiosques para lanches e quadra esportiva. Esta última resposta está relacionada com a atual forma de uso da área pelos moradores, como espaço para o futebol. Entretanto, jovens e adultos informaram que gostariam de um local com boa iluminação e bancos com sombras para ter a possibilidade de usufruir do espaço durante o dia e não só a noite.

Figura 57 – Gráfico formas de lazer de acordo com os entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

O conceito da proposta projetual de praça pública para Mangue Seco fundamentou-se nas características do lugar. A premissa utilizada para este projeto foi a concepção de um espaço público de lazer que converse e adeque-se ao entorno e ao estilo de vida do povoado. Desta forma, a **bioconstrução** é o conceito que norteia essa proposta projetual. Sendo assim, o partido fundamentou-se em utilizar materiais construtivos que conversem com o povoado. Para isto, foram escolhidos elementos como: estruturas em eucalipto tratado, mais conhecida como madeira Amaru; coberturas em piaçava, pois se trata de um material bastante explorado na comunidade pelos moradores; áreas de passagens com pavimentação feita por piso intertravado, devido a sua capacidade de escoamento das águas pluviais e por ser uma alternativa existente na vila.

O programa de necessidades teve como ponto principal a análise das entrevistas realizadas e o atual uso do local como campo de futebol. Sendo as principais questões abordadas: falta de espaço público de lazer, equipamentos públicos e de um local que incentive os encontros e as socializações sem determinar quem deve ou não entrar e usufruir daquele espaço, o objetivo foi proporcionar diversificados usos para a praça de forma que ela se torne atrativa para todos, respondendo, assim, às expectativas, desejos e necessidades, principalmente da população local.

Figura 58 – Presidente da Cooperbugre Mangue Seco, pós entrevista.



Fonte: Acervo autorial, 2022

Espera-se, também, dar vida para esta área que se encontra maltratada, quase que abandonada e trazer uma visibilidade para este espaço com a criação de atividades diversas. Dessa forma, definiram-se alguns elementos importantes para a proposta:

1. Estimular a utilização do espaço pela população promovendo diversidade de usos e atividades, tornando-as capazes de atender aos diferentes públicos-alvo e em quaisquer dias e horários;
2. Manter o máximo possível das características e o uso original do terreno de forma que as atividades propostas se adequem ao espaço e ao estilo de vida da população mangue-sequense;

3. Potencializar o contato dos usuários com a natureza, assim como o lazer, turismo e descanso para a comunidade e visitantes.

O programa de necessidades é composto por setores de lazer e contemplação (parque infantil, palco, área de piquenique, redário e mirante); apoio (sanitários e bicicletários), setor gastronômico como forma de incentivo à culinária local e novos empregos (quiosques e mercado do peixe); setor cultural (murais culturais) e esportivo (ciclofaixa, campo e ginástica). Além disso, há a implantação de *toténs* fotográficos que gerarão novos pontos marcantes na região e mobiliários urbanos compondo as áreas de contemplação, descanso e conversação. Visando a comercialização dos pescados, é sugerido a criação de um mercado do peixe.

Figura 59 – Programa de necessidades



Fonte: elaborado pela autora, 2022

O estudo preliminar teve início com a divisão do terreno em setores. Na primeira proposta, a área estudada seria dividida em 8 polos que partem de um polo central circular. Esses polos abrigariam os mais diversos tipos de atividades. É visto que a ciclofaixa do projeto nasce a

partir da ciclofaixa já existente no povoado e segue contornando os polos (figura 58). O campo se encontra situado no quadrante superior direito e o mercado do peixe no quadrante inferior esquerdo.

Figura 60 – Primeira proposta de divisão do terreno



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Entretanto, essa primeira proposta foi melhorada gerando uma segunda opção de setorização. É possível perceber que a ciclofaixa no perímetro e as áreas destinadas ao posicionamento do campo e do mercado do peixe foram mantidos (figura 59). Porém, a ciclofaixa sofreu modificações tendo os seus cantos arredondados para facilitar o transporte das bicicletas. Ao seu lado foi posicionada uma faixa exclusiva para pedestres que desejam fazer caminhadas (em cor cinza). Ambas as faixas possuem largura de 3,00m. Por fim, a ciclofaixa ganhou expansão sendo colocada por meio da vegetação existente.

Figura 61 - Segunda proposta de divisão do terreno

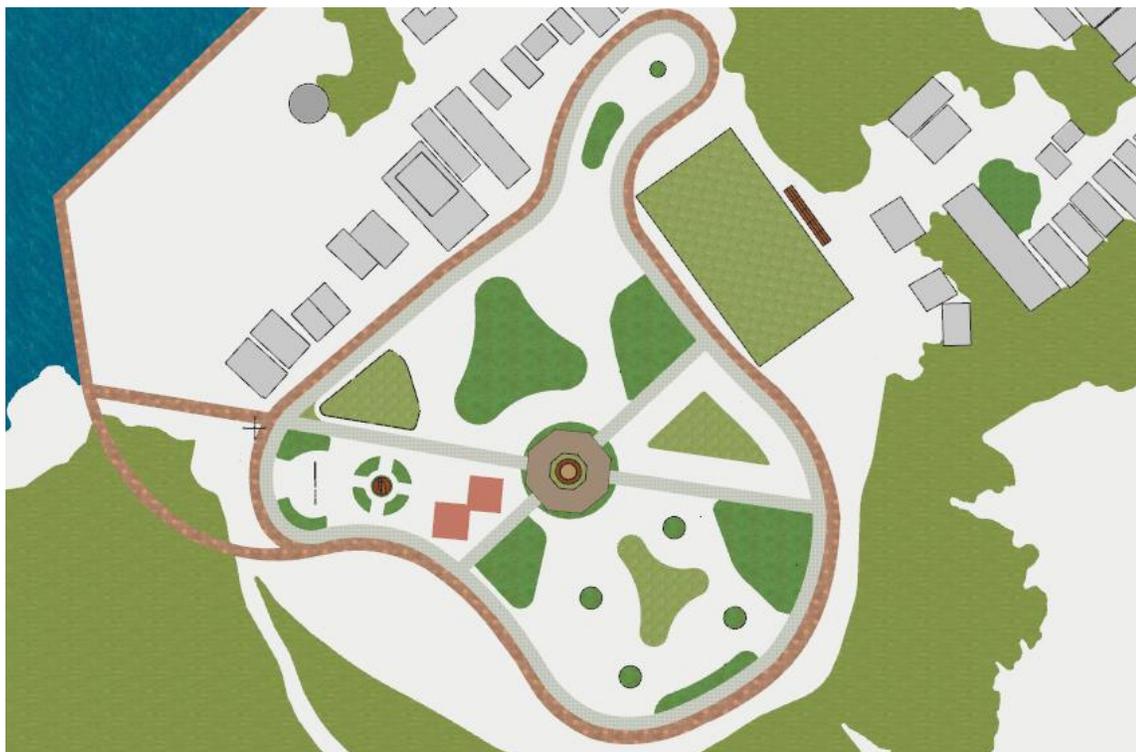


Fonte: elaborado pela autora, 2022

O polo central circular, que irá abrigar o espaço cultural com murais, também foi mantido. A partir dele foram criadas 4 vias de passagem pavimentadas que interligam o terreno para os transeuntes (figura 61).

Inicialmente os canteiros seguiam uma padronização, mas, se tratando de um lugar onde os espaços não seguem formas retilíneas, eles foram desconstruídos e recriados de maneira orgânica, sem gerar desarmonia no espaço e conectando-se com a natureza em seu entorno. Observa-se que foram posicionados de forma diversa no terreno, mas sem preenche-lo por completo e todos seguem traçados curvos (figura 62). A opção por não preencher o terreno por completo com terreno se deu a partir do intuito de preservar a maior parte do terreno como ele é atualmente: em areia.

Figura 62 – Distribuição dos canteiros



Fonte: elaborado pela autora, 2022

A vegetação desempenha papel inestimável na vida das cidades atuando como agente que acolhe e permite que sejam criados espaços aconchegantes através da beleza que lhe é própria, além de ter a excelente vantagem de amenizar o clima das regiões onde são aplicadas. Após análises feitas a respeito do paisagismo que seria proposto, percebeu-se a necessidade de propor uma quantidade considerável de árvores e vegetações que ofertassem áreas sombreadas, pois se trata de um local litorâneo, com incidência solar considerável durante o dia mesmo tendo sombras dos coqueiros e árvores que margeiam o terreno.

Para o sombreamento, as espécies “Pau-Ferro” (*caesalpinia férrea*), “Mangueira” (*mangifera indica*) e “Cajueiro” (*anacardium accidentale*) foram escolhidas para compor a arborização; as duas últimas espécies já existem em Mangue Seco. Para atender ao quesito cores no espaço, foram escolhidas a “Quaresmeira” (*tiboushina granulosa*), o “Ipê-Amarelo” (*handroanthus chrysotrichus*) e a “Flamboyant” (*delonix regia*).

Os canteiros foram trabalhados em tamanhos diversos, com formas orgânicas para abrigar tanto as árvores de grande porte quanto arbustos e folhagens. Em todos os canteiros foi

utilizada a grama batatais (*Paspalum notatum*) que é uma espécie bastante resistente ao tráfego de pessoas, sendo fortemente indicada para uso em áreas públicas e tendo um ótimo desenvolvimento em áreas de sol pleno.

A “Ixora” juntamente com a “Bromélia Imperial” foram os arbustos escolhidos para compor o paisagismo. A Ixora (*ixora coccinea*) é um arbusto muito apreciado nas regiões de clima quente, apresentando inflorescências com numerosas flores de coloração amarela, vermelha, laranja ou cor-de-rosa. Atrai polinizadores e pode ser cultivada isoladamente ou em maciços. A Bromélia Imperial (*alcantarea imperialis*) é uma espécie de valor ornamental único, formando uma gigante coroa de flores com coloração vibrante. É bastante utilizada em paisagismo pelo seu porte escultural, seja isolada ou em conjunto (Sítio da mata, s/d).

A palmeira imperial (*Roystonea olearacea*) e a carnaúba (*Copernicia prunifera*) também foram escolhidas para compor o projeto paisagístico. São plantas versáteis que oferecem um ótimo efeito visual, fáceis de combinar com qualquer espécie e resistentes aos mais variados tipos de ambientes. Por fim, a “Taioba” (*xanthosoma sagittifolium*) e a “Filodendro roxo” (*philodendron erubescens*) preenchem a parte de folhagens da proposta projetual. A primeira possui coloração verde e a segunda é uma planta com folhas brilhosas e tons escuros arroxeados (Sítio da mata, s/d).

Quadro 1 – Quadro de vegetação

FIGURA	NOME CIENTÍFICO E POPULAR	ORIGEM	ALTURA MÁX. (m)	DIÂMETRO DA COPA (m)
ÁRVORES				
	PAU-FERRO (<i>Caesalpinia férrea</i>)	Nativa	20	6 – 12
	FLAMBOYANT (<i>Delonix regia</i>)	Exótica	15	19 – 25
	MANGUEIRA (<i>Mangifera indica</i>)	Exótica	25	10
	CAJUEIRO ANÃO PRECOCE (<i>Anacardium occidentale</i>)	Nativa	3	6

	QUARESMEIRA (<i>Tiboushina granulosa</i>)	Nativa	12	5
	IPÊ-AMARELO (<i>Handroanthus chrysotrichus</i>)	Nativa	10	3 – 8

FIGURA	NOME CIENTÍFICO E POPULAR	ORIGEM	ALTURA MÁX. (m)	DIÂMETRO DA COPA (m)
PALMEIRAS				
	CARNAÚBA (<i>Copernicia prunifera</i>)	Nativa	10m	1.50 – 2
	PALMEIRA IMPERIAL (<i>Roystonea olearacea</i>)	Exótica	45	3 – 5

FIGURA	NOME CIENTÍFICO E POPULAR	ORIGEM	ALTURA MÁX. (m)	DIÂMETRO DA COPA (m)
ARBUSTOS				
	IXORA (<i>Ixora coccinea</i>)	Exótica	1,5	-
	BROMÉLIA IMPERIAL (<i>Alcantarea imperialis</i>)	Nativa	1,5	-

FIGURA	NOME CIENTÍFICO E POPULAR	ORIGEM	ALTURA MÁX. (m)	DIÂMETRO DA COPA (m)
FOLHAGENS				
	TAIOBA (<i>Xanthosoma robustum</i>)	Nativa	1	-
	FILODRENDO ROXO (<i>Philodendron erubescens</i>)	Nativa	2.4	-

FIGURA	NOME CIENTÍFICO E POPULAR	ORIGEM	ALTURA MÁX. (m)	DIÂMETRO DA COPA (m)
TREPADEIRA				

	ALAMANDA (<i>Allamanda cathartica</i>)	Nativa	5	-
	BUGANVILLE (<i>Bougainvillea spectabilis</i>)	Nativa	5	-

FIGURA	NOME CIENTÍFICO E POPULAR	ORIGEM	ALTURA MÁX. (m)	DIÂMETRO DA COPA (m)
GRAMÍNEAS				
	GRAMA BATATAIS (<i>Paspalum notatum</i>)	Nativa	0.30	-

Fonte: elaborado pela autora, 2022

Visando o bom atendimento aos usuários e o objetivo de fazer com que eles utilizem a praça, foram escolhidos equipamentos práticos que conversem com o entorno da vila caiçara. Pensando nas características locais e no estilo de vida dos moradores, não foi proposto nada muito moderno, mas sim elementos que levem em conta a beleza e rusticidade do lugar. Todo o mobiliário foi proposto em madeira Amaru, que é uma espécie de eucalipto tratado contra umidade, pragas e intempéries. Foram criadas três propostas de bancos: banco simples com encosto em madeira amaru do tipo roliça; banco com cobertura em madeira Amaru do tipo roliça e banco ao redor da árvore com formato hexagonal em madeira do tipo ripas.

Figura 63 – Banco simples com encosto em madeira do tipo roliça



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Figura 64 – Banco com cobertura em madeira do tipo roliça



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Figura 65 – Banco hexagonal em madeira do tipo ripada



Fonte: elaborado pela autora, 2022

As lixeiras que compõem a praça foram escolhidas para combinar com os outros equipamentos públicos, por isso, elas também são feitas em madeira do tipo ripada. Todas são suspensas a 30cm do chão por uma ripa. As lixeiras foram espalhadas por lugares estratégicos para que não atrapalhe os usuários e em quantidade maior para atender a todos.

Figura 66 – Proposta de lixeira circular em madeira



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Nas vias de passagem, foram propostos quatro pergolados retos de madeira. Os dois pergolados curvos que acompanham um dos canteiros se localizam em uma das extremidades do terreno. Eles possuem plantas trepadeiras que dão um toque especial e aconchegante para quem passar por ali.

Figura 67 – Proposta de pergolado



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Próximo aos pergolados, no polo central, foram colocados murais culturais para os moradores e visitantes possam conhecer a história de Mangue Seco. Os murais são feitos em

madeira, com 12 espaços de 0.45x0.45m e 2 espaços maiores de 1.40x0.40m, podendo ser preenchidos frente e verso com informações escritas e ilustradas.

Figura 68 – Proposta de mural cultural



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Figura 69 – Proposta de projeto: polo central cultural com murais informativos



Fonte: elaborado pela autora, 2022

A iluminação foi concebida através de postes de energia altos, variando entre 2 e 4 lâmpadas. Nos espaços onde tem pavimentação, foi escolhido o blocos pré-moldados de concreto que são instalados de maneira intertravada dispensando colas, sendo travado pelo atrito das peças. Perante outras, essa opção foi escolhida por ser a melhor em quesito ecológico e facilitar o escoamento das águas pluviais. Para diferenciar os usos das faixas, a ciclovia terá piso intertravado na cor vermelha e o da faixa de pedestres deverá ser na cor cinza.

Figura 70 - Proposta de projeto: postes de iluminação e vias para bicicletas e pedestres



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Esses pisos indicarão os caminhos por onde as pessoas devem passar. Entretanto, para não delimitar todo o espaço e deixar as pessoas também construírem os trajetos, a maior parte dos caminhos permanecem na sua forma original, em areia.

Figura 71 – Área de convivência com cobertura



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Figura 72 – Vista aérea da proposta de praça pública. Destaque para o totém escrito “eu amo Mangue Seco”



Fonte: elaborado pela autora, 2022

Figura 73 – Barco: importante embarcação na vila se torna elemento marcante na praça



Fonte: elaborado pela autora, 2022

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o embasamento teórico para compor esse trabalho, percebe-se que os espaços públicos se mantêm importantes para a qualidade de vida mesmo diante das transformações que ocorrem a todo momento. Por se apresentarem como ambiente de trocas, convívios e encontros, esses espaços são vitais para a existência das cidades e para a promoção do bem estar aos indivíduos.

Compreende-se que as pessoas rejeitam esses locais quando os mesmos não oferecem segurança, conforto e atratividade. A inexistência desses elementos provoca uma rejeição quase que instantânea dos habitantes para com os espaços públicos. Para que as pessoas queiram usá-los, se faz necessário que essas áreas, destinadas ao uso da população em geral, sejam preenchidas com boa iluminação, paisagismo e atividades diurnas e noturnas que despertem a atenção e curiosidade dos cidadãos para leva-los até o local.

Cada detalhe desta proposta de projeto foi pensado de forma que o resultado se conectasse com os moradores de Mangue Seco e a própria vila, justamente para gerar no público-alvo o desejo de ir e desfrutar daquele ambiente e, conseqüentemente, fazer com que essas pessoas se sintam convidadas a permanecer ali contemplando um paisagismo personalizado para aquele local, preenchido com iluminação de qualidade, pavimentação acessível e elementos que ofereçam usos e atividades diversas. Além disso, buscou-se a todo momento proporcionar uma sensação de conforto e aconchego, resguardando e mantendo a originalidade e características do lugar. Por isso, as atividades oferecidas nesta proposta projetual tiveram como premissa as entrevistas realizadas, pois era fundamental ouvir os usuários e fortalecer a identidade deles com o lugar, não o oposto.

Tratando-se de um local turístico, Mangue Seco dispõe de opções diversas de lazer para quem visita a região, mas marginaliza aqueles que mantêm o povoado em pleno funcionamento, sendo esses os principais receptores dentro do vilarejo. Essa marginalização acontece a partir do momento em que falta lazer público, faltam atividades culturais que resgatem a história da região e falta a valorização dos poucos pescadores que residem no povoado.

Com toda certeza, é importante conectar os visitantes com o lado histórico-cultural que Mangue Seco carrega, sendo que, neste quesito, eu não me refiro ao lado artístico que

apresentou a vila ao mundo, mas, principalmente, acredito que seria relevante fazer com que conheçam a sua verdadeira face: antes de ser turístico, Mangue Seco é um local que guarda a história de um povo e influenciar as pessoas a conhecerem a sua história é preservar a sua identidade e o seu modo de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, D.; NETTO, V. M. **Urbanidades**. – Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.
- AMARAL JUNIOR, José Bento Carlos Amaral. **O turismo na periferia do capitalismo: a revelação de um cartão postal**. 2008. 665 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ARAÚJO, K. F; et.al. CONGRESSO ALAS. 31, 2017, Montevideu. **TERRITÓRIO, TURISMO E IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM MARAÚ-BA**. Uruguai: 2017. p. 21
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDT, Hannah. **O que é Política?** 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1999.
- ASCHER, François. **Metapólis acerca do futuro das cidades**. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- ASSAI, J. H. S; SILVA, R. G. A, et al. **Filosofia política: emancipação e espaço público**. Curitiba: Juruá, 2013.
- BEZERRA, G. S.; **Os fundamentos teórico-conceituais do ecoturismo**. Egal, 2009. Disponível em: <http://www.geo.ufv.br> Acesso em: 18 set. 2010.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BORGES, Carlos Henrique Leite; et al. **TURISMO SUSTENTÁVEL E MEIOS DE HOSPEDAGEM: UMA AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE HOTELEIRA EM BARRA GRANDE, MARAÚ (BA)** Turismo - Visão e Ação, vol. 17, núm. 3, septiembre-diciembre, 2015, pp. 601-629 Universidade do Vale do Itajaí Camboriú, Brasil.
- BORJA, Jordi. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Editorial, 2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília: MTur, 2010.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Glossário do turismo**. Brasília: MTur, 1992.
- CAMARGO, Luis Otávio de Lima. **Hospitalidade**, São Paulo: Aleph, 2004.
- CAMARGO, Luis Otávio de Lima. **Sociologia do Lazer**. In: ANSARAH, M. G. R. (Org.). Turismo: como aprender, como ensinar. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- CARTLEDGE, Paul. **GRÉCIA ANTIGA: coleção histórias ilustradas**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- CASTRO, A. **Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade**. Contributos para uma reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos. Revista cidades, comunidades e territórios, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), n.5, p. 53-67, 2002.

CORREIA, Victor. **A dicotomia público-privado**. Revista Politética, São Paulo, v. 3, n. 1, pp. 7-44, 2015.

CISNE, Rebecca.; GASTAL, Susana. **Turismo e sua história: discutindo periodizações**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL 6., 2010, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos** do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul... Local: Universidade de Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <https://www.uces.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/09/Turismo%20e%20sua%20historia.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2022.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

EMBRATUR. **Diretrizes Para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Grupo de Trabalho Interministerial, organizado pelo MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DA AMAZÔNIA LEGAL E PELO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO, Brasília, 1994.

FILHO, João Santos. **Thomas Cook: marco da historiografia dominante no turismo: ensaio sociológico sobre o surgimento e preconceito ao fenômeno turístico na história**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2, 2004, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos** do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul... Local: Universidade de Caxias do Sul, 2004. Disponível em: < <https://www.uces.br/site/midia/arquivos/39-thomas-cook.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2022.

GATTI, Simone. **Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto**. 1. Ed. São Paulo: ABCP, 2013.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 1º ed. Perspectiva: 2013.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana. Ensaio de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, Christianne Luce. **Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento**. Licere, Belo Horizonte, v.14, n.3, set/2011, p. 1-25.

GOMES, Christianne Luce. **Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura**. Revista Brasileira de Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v.1, n.1, jan-abr, 2011, p. 3-20.

GOMES, Christianne Luce. **Lazer-Concepções**. In: GOMES, C. L. (org.). Dicionário crítico do lazer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 19-125.

GRINOVER, Lucio. **Hospitalidade, a cidade e o turismo**. São Paulo: Aleph, 2007. (Série Turismo).

GRINOVER, Lucio. **A Hospitalidade na perspectiva do espaço urbano**. In: Revista Hospitalidade. Ano VI, nº 1, junho de 2009.

- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2º ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- KLEIN, Camila. **Experiências afetivas urbanas: a relação dos habitantes com sua praça central**. Florianópolis, 2016. Dissertação de mestrado em Psicologia – Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes. 2000. 585p.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 7º ed. Rio de Janeiro: Calouste, 2010.
- LABAKI, Chebel Lucila, et.al. **Conforto térmico em espaços públicos de passagem: estudos em ruas de pedestres no estado de São Paulo**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, jan-mar, 2012, p. 167-183.
- LEITE, Sylvia. 2019. **Mangue Seco: o paraíso de Jorge Amado**. Disponível em: <<https://lugaresdememoria.com.br/mangue-seco-o-paraiso-de-jorge-amado/>>. Acesso em: 19 de mai. 2022.
- LIMA, Ana Maria Liner Pereira, et al. **Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos**. In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana. 2, 1994, São Luís/MA. **Anais eletrônicos** do II Congresso Brasileiro de Arborização Urbana. Local: São Luís, 1994. Disponível em: <<https://www.erambiental.com.br/var/userfiles/arquivos69/documentos/12925/LimaEtAl-AreasVerdes-1994.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2022.
- MACEDO; SAKATA, Francine. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 203. 207p.
- MARCELLINO, Nelson. **Lazer e Educação**. Campinas: Papirus, 1987.
- MARQUES, J. R. de O. **Uma reflexão do modelo de espaço público habermasiano**. Revista de filosofia AUFKLÄRUNG, João Pessoa, v. 5, n.3, Set-Dez, 2018, p. 181-192
- MORENO, K. G. S. S. **As práticas espaciais e a sociabilidade de jovens de diferentes gerações na praça central em cidades pequenas: o caso de Oriente-SP**. Formação (Online), v. 28, n. 53, p. 487-516, 2021.
- MORENO, Karin Gabriel; FROIS, Marcos Rodrigues. **As formas e os usos dos espaços públicos em questão: análises sobre a qualidade de diferentes espaços**. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, Jan-Mar, 2018.

NAKASHIMA, S. K., CALVENTE, M. del C. M. H. **A História do Turismo: epítome das mudanças**. Curitiba, v. 9, n. 2, mai-ago, 2016, p. 1-20.

PERSON, Elisangela. **Espaços de permanência e passagem: contribuição para a elaboração de diretrizes ambientais e de acessibilidade para o desenho urbano**. 2006. 167f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Brasília.

RAMOS, ELISABETH CHRISTMANN. **Educação ambiental: evolução histórica, implicações teóricas e sociais. Uma avaliação crítica**. 1996. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

RODRIGUES, Julia Mayara da Silva; MONTEIRO, Felipe Ferreira. **A praça e suas funções para o saneamento ambiental**. In: ENANPUR. XVIII, 2019, Natal. **Anais eletrônicos XVIII ENANPUR 2019**. Local: Natal, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1345#:~:text=perspectivas%20de%20an%C3%A1lise,->

,As%20pra%C3%A7as%20proporcionam%20in%C3%BAmeros%20benef%C3%ADcios%20tanto%20para%20a%20qualidade%20do,m%C3%BAltiplas%20fun%C3%A7%C3%B5es%20no%20meio%20urbano>. Acesso em: 28 abr. 2022.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: EDUFF, 1988. 192p.

SILVA, Edilma et al. **Características socioeconômicas e culturas de comunidades litorâneas brasileiras: um estudo de caso – Tibau do Sul – RN**. Bol. Téc. Cient. CEPENE, Tamandaú – PE, v. 19, n. 1, p. 69-81, 2013.

SILVA, Luise Martins da. **Espaço público e cidadania: usos e manifestações urbanas**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2009.

SILVA, Maria da Glória Lanci. **Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer**. São Paulo: Aleph, 2004. SPOLON.

SUN, Alex. **Projeto da praça: convívio e execução no espaço público**. Editora Senac, São Paulo, 2008.

SZEREMETA, Bani; ZANNIN, Paulo Henrique Trombetta. **A importância dos parques urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida em cidades**. Raega - O Espaço Geográfico em Análise, [S.l.], v. 29, p. 177-193, dez. 2013. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30747/21483>>. Acesso em: 23 abril 2022. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v29i0.30747>.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Viagem na memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil**. São Paulo: Senac, 2019.

WORLD ECONOMIC FORUM. 4/set/2019. **Travel & Tourism Competitiveness Report 2019**. Disponível em: <<https://www.weforum.org/reports/the-travel-tourism-competitiveness-report-2019/>>. Acesso em: 16/05/2022.

WORLD TRAVEL TOURISM COUNCIL. (2020). **Relatórios de impacto econômico**. Disponível em:<<https://wttc.org/Research/Economic-Impact>>. Acesso em: 26/03/2022.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: Turismo, planejamento e cotidiano**. Ed: Contexto. 2001.

APÊNDICES

ROTEIRO PARA ENTREVISTA – MORADORES, BUGUEIROS E TURISTAS

01. Quem é você no Mangue Seco?

Morador

Morador e bugueiro

Turista

02. Faixa etária?

18 a 24 anos

25 a 39 anos

40 a 69 anos

70 anos ou mais

03. Você utiliza a área do campo? Se sim, de qual forma? [pergunta exclusiva para moradores]

04. Qual o seu lugar de origem e quanto tempo pretende permanecer em Mangue Seco?

[pergunta exclusiva para turistas]

05. O que costuma fazer como atividade de lazer no povoado?

06. Imagine que uma praça seja construída na área do campo: o que seria interessante ou te atrairia até esse lugar?

ROTEIRO PARA ENTREVISTA – PESCADORES

01. Qual o significado da pesca na sua vida?

02. Há quanto tempo você pesca?

03. Já teve a pesca como fonte de renda?

04. Para quem comercializava o pescado?

05. Quantos kg pescava antigamente? E hoje em dia?

06. Acredita que a quantidade do pescado é menor atualmente?

07. Atualmente para qual público o pescado é comercializado?

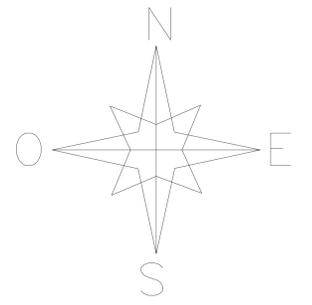
08. Acha interessante a criação de um mini mercado para a comercialização do pescado?



LEGENDA	
	VEGETAÇÃO EXISTENTE
	ÁGUAS
	DUAS

OBSERVAÇÕES

- O TERRENO ENCONTRA-SE EM NÍVEL 0,00 E POSSUI ELEMENTOS CONSTRUÍDOS OU NATURAIS APENAS EM SEU ENTORNO;
- AS VIAS PRINCIPAIS E SECUNDARIAS SÃO UTILIZADAS POR PEDESTRES, VEÍCULOS E ANIMAIS DE CARGA.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ALUNA RAISSA DE OLIVEIRA CERQUEIRA	ESCALAS 1/250	FOLHA 01
PROFESSORA RAQUEL KOHLER	DATA 14/11/2022	06
PROJETO PLANTA DE SITUAÇÃO		

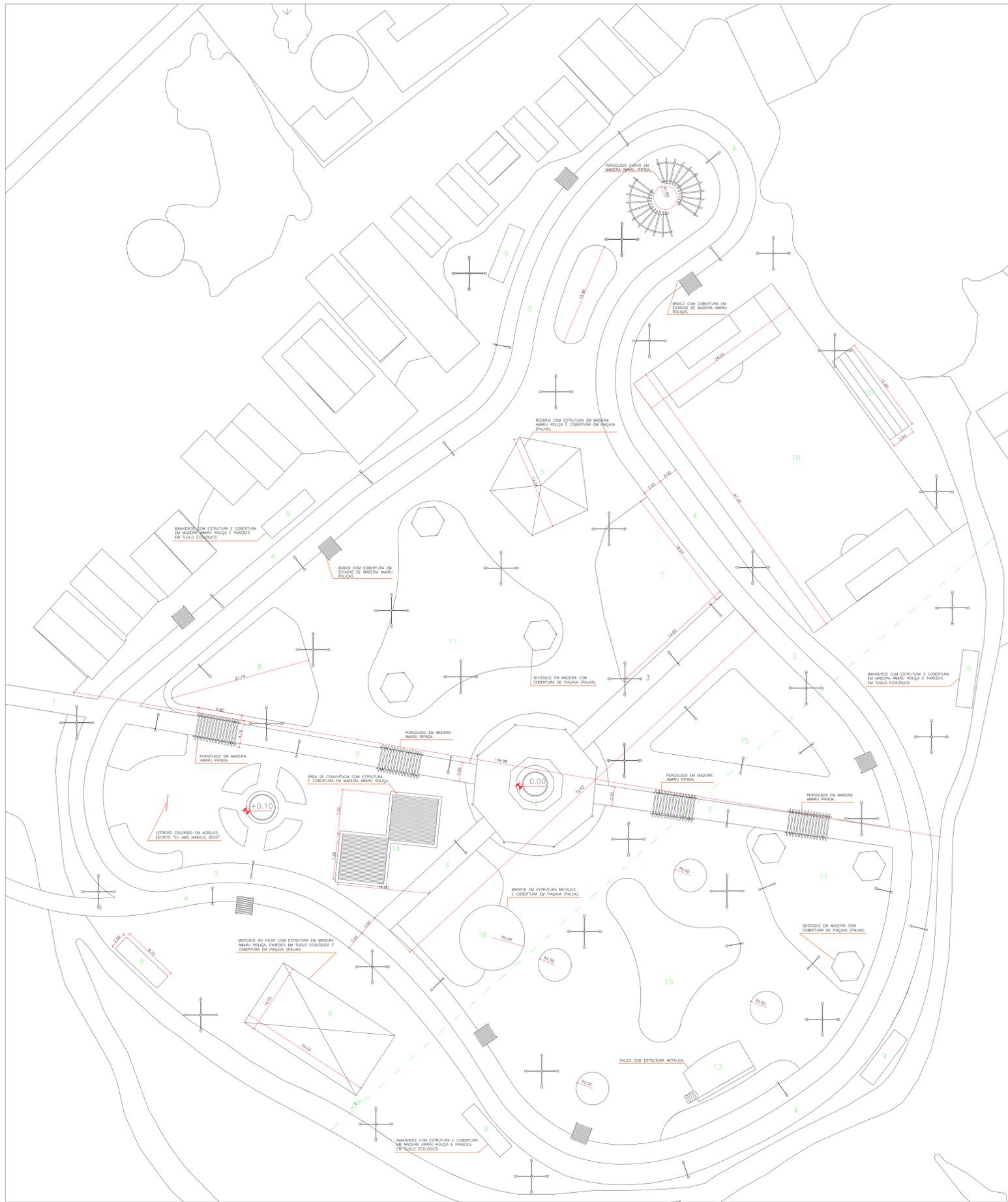


LEGENDA DOS EQUIPAMENTOS	
ÍCONE	ESPECIFICAÇÃO
	BANCO HEXAGONAL EM MADEIRA AO REDOR DA ÁRVORE
	BANCO EM MADEIRA ROLIÇA
	CONJUNTO DE MESA COM 4 BANCOS EM MADEIRA
	LIXEIRA EM MADEIRA RIPADA
	BICICLETÁRIO EM MADEIRA RIPADA
LEGENDA DOS PAVIMENTOS	
ÍCONE	ESPECIFICAÇÃO
	BLOCO INTERTRAVADO DRENANTE COR: CINZA
	BLOCO INTERTRAVADO DRENANTE COR: VERMELHO

OBSERVAÇÕES

- PARA OS ITENS EM MADEIRA, RECOMENDA-SE UTILIZAR A MADEIRA AMARU, POIS É UM EUCALIPTO TRATADO PARA RESISTIR ÀS INTEMPÉRIES E UMIDADE.





PLANTA BAIXA TÉCNICA
1/250

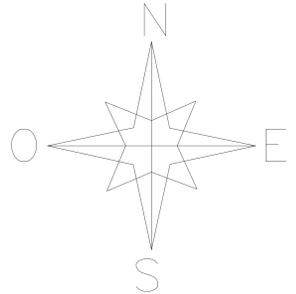
LEGENDA DOS EQUIPAMENTOS			
1	ACESSOS PRINCIPAIS	5	RECIPIO
2	BICICLETIÁRIO	6	MERCADO DO PEIXE
3	CIRCULAÇÃO GERAL	7	ATIVIDADES FÍSICAS
4	DELOFAXIA	8	PÁRQUE INFANTIL
9	SANTUÁRIOS	9	CAMPUS "TUTÉRIOS" 2º COM ANDARIMBENTADA
10	ESPAÇO P/ CONVIVÊNCIA	11	ÁREA DE QUADROS
13	PALCO/EVENTOS	12	ESPAÇO CULTURAL
14	ESPAÇO P/ CONVIVÊNCIA	15	ÁREA DE DESMANSO/PRODUÇÃO
16	MIRANTE	16	MIRANTE

QUADRO DE ÁREAS		
ÁREA DO TERRENO:	15.210,21m ²	
ÁREA CONSTRUIVA/EDIFICADA:	1.065,16m ² / 7%	
ÁREA GRAMADA:	4.028,53m ²	
ÁREA PAVIMENTADA:	PISO INTERTRAVADO VERMELHO:	1.668,99m ²
	PISO INTERTRAVADO CINZA:	1.836,20m ²
ÁREA PAVIMENTADA TOTAL:	3.505,20m ²	
ÁREA NÃO PAVIMENTADA:	ÁREA: 10.007,43m ²	

MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	
	POSTE DE ILUMINAÇÃO ALTO (4 LÂMPADAS)
	POSTE DE ILUMINAÇÃO ALTO (2 LÂMPADAS)
	BANCO COM COBERTURA EM MADEIRA AMARU (EUCALIPTO FRATADO) ROSÇA

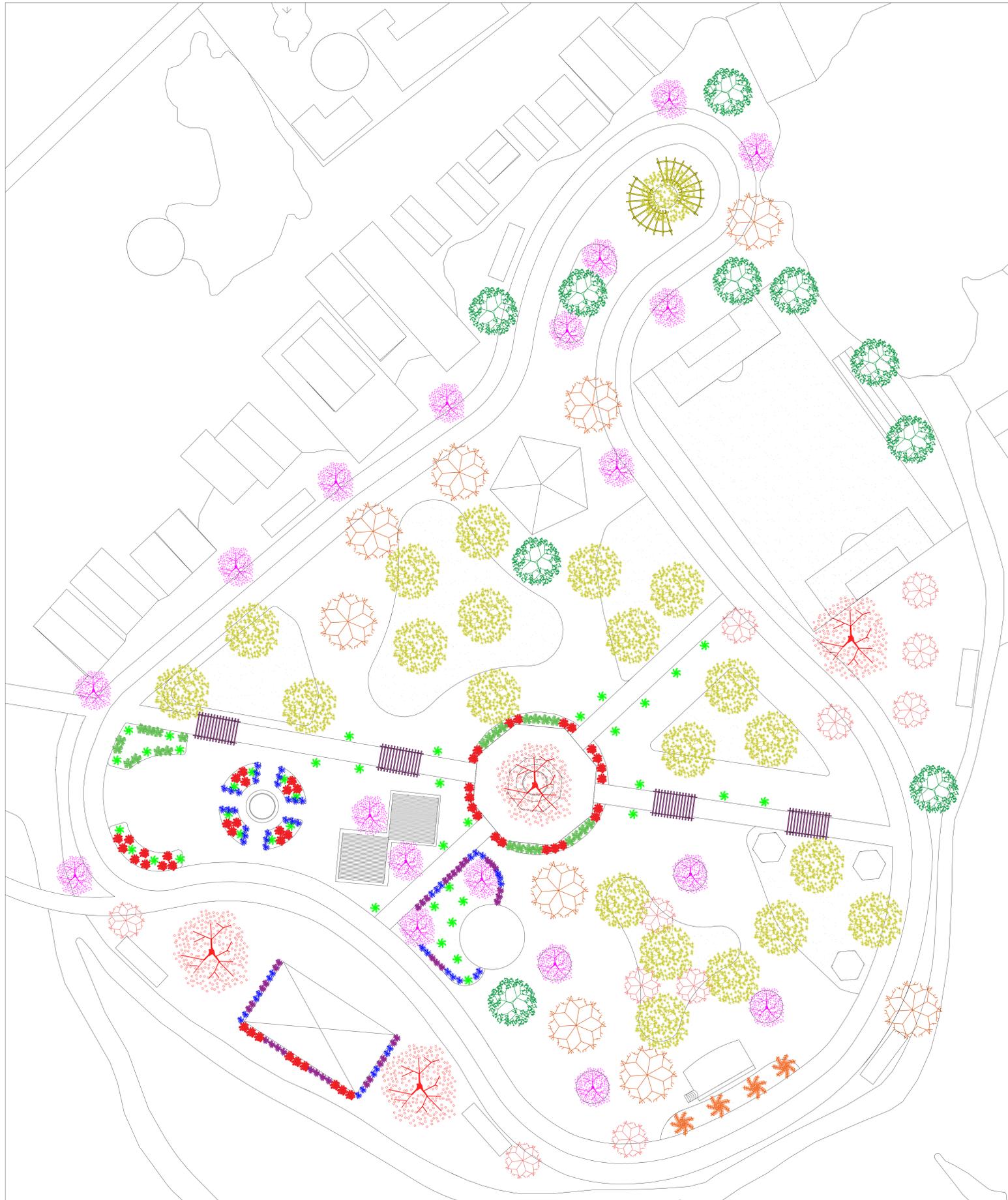
OBSERVAÇÕES

- AS ÁREAS QUE NÃO TIVERAM INDICAÇÃO DE NÍVEL NA PLANTA SE ENCONTRAM EM NÍVEL 0,00, SEQUENDO O MESMO NÍVEL DO SEU ENTORNO.
- SUGERE-SE UM ESTUDO DE VIABILIDADE PARA A PAVIMENTAÇÃO DO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA (ÁREA Nº 14) SER EM TUDO ECOLÓGICO.
- AS COBERTURAS EM PAÇUVA FORAM SUGERIDAS POIS AS MEDIDAS JÁ SÃO UTILIZADAS COMO ELEMENTOS DE COBERTURA NA REGIÃO.
- OS BLOCOS INTERTRAVADOS DEVERÃO SER SEM REJANTE E COM JUNTAS ESPAÇADAS PARA O ESCOAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ALUNA RAISSA DE OLIVEIRA CERQUEIRA	ESCALAS 1/250	FOLHA 03
PROFESSORA RUADEL KOHLER	DATA 14/11/2022	06
PROJETO PLANTA BAIXA TÉCNICA		



PLANTA DE VEGETAÇÃO

TABELA DE ESPECIFICAÇÃO VEGETAL							
Nº	ICONE	NOME CIENTÍFICO/ NOME POPULAR	ORIGEM	ESPAÇAMENTO	QUANT.	ALTURA DIÂMETRO DA COPA	OBSERVAÇÕES
ÁRVORES							
0140		ONCOPHORA FERREA "Ocu-ferra"	Nativa	Isolado	10un	10,00m / 7,00m	Espece arvore e ornamentada, que proporciona sombra e fornece frutos comestiveis.
0141		DELONIA REGIA "Tambourini"	Exótica	Isolado	04un	11,00m / 11,00m	Forma grande, desce sombra e proporciona sombra e proporciona sombra.
0142		MANGIFERA INDICA "Mangueira"	Exótica	Isolado	22un	10,50m / 6,00m	Forma grande, desce sombra, dá frutos e já é cultivado na região.
0143		ANACARDIUM OCCIDENTALE "Cajuero oudo pinocau"	Nativa	Isolado	11un	4,00m / 6,00m	Espece arvore de porte médio, dá frutos comestiveis e já é cultivado na região.
0144		TIBOUCHINA GRANALOSA "Quaresmora"	Nativa	Isolado	18un	8,00m / 6,00m	Espece densa e encorpada, flores amarelas e dá frutos de sabor doce.
0145		MANGONOTUS CHRYSO-TRICHUS "Mangueira"	Nativa	Isolado	09un	9,00m / 8,00m	Forma arvoreta, cultivada a partir de mangueira e dá frutos comestiveis.
PALMEIRAS							
0146		OPHECERIA PRUNIFERA "Cariacou"	Nativa	Isolado	42un	2,00m / 1,50m	Palmeira elegante e ornamental.
0147		ROYSIDIA OLIVACEA "Palmeira imperia"	Exótica	Isolado	04un	10,00m / 3,50m	Espece arvoreta, dá frutos, cultivo sob sol pleno.
ARBUSTOS							
0148		IBORA CODICINA "Tava"	Exótica	Agrupado distancia 1,40m de eixo	51un	0,70m / 1,00m	Boa floracao, dá frutos comestiveis e dá frutos comestiveis e dá frutos comestiveis.
0149		ALCANTARA IMPERIALIS "Bromelia imperia"	Nativa	Agrupado distancia 1,40m de eixo	26un	0,80m / 1,30m	Espece tipicamente tropical, dá frutos comestiveis e dá frutos comestiveis.
FOLIAGENS							
0150		VALESCOMIA ROBUSTUM "Tala"	Nativa	Isolado	52un	0,50m / -	Folhas grandes com nervuras.
0151		PHALLODENDRON ERUBESCENS "Folhadouro-rosa"	Nativa	Isolado	38un	0,50m / -	Arvoreta robusta apoiada.
TREPADEIRA							
011		ALLAMANDA CATHARTICA "Alapino"	Nativa	Isolado	02un	- / -	Trepadeira com flores amarelas e flores de uso medicinal em regiões quentes.
012		ESCAZAVILLA SPECTABILIS "Bupreste"	Nativa	Isolado	04un	- / -	Boa floracao, dá frutos comestiveis e dá frutos comestiveis.
GRAMINEAS							
013		PERILLUM NOTIUM "Seme batata"	Nativa	-	4.028,53m²	0,15m / -	Forma de sel branco e flores de uso medicinal para grandes residencias e dá frutos comestiveis.

OBSERVAÇÕES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
 DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ALUNA
 RAISSA DE OLIVEIRA CERQUEIRA

PROFESSORA
 RAQUEL KOHLER

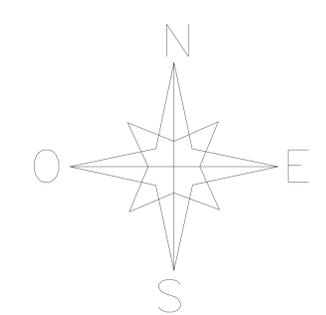
PROJETO
 PLANTA DE PARQUEAMENTO

ESCALAS
 1/250

DATA
 14/11/2022

FOLHA
 04

06



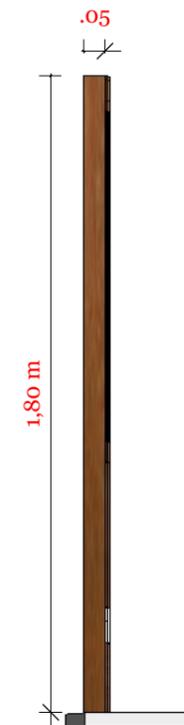


OBSERVAÇÕES:

- O mobiliário deve ser executado com peças serradas de eucalipto tratado;
- O painel deverá ser fixado no solo local (areia). Ver melhor solução para fixação com a empresa responsável;
- O painel receberá as plotagens em ambos os lados;
- As medidas estão de acordo com a tabela de "medidas padrão" dos recortes de eucalipto fornecida pela

PERSPECTIVA

ESC.: 1/20



Plotagens em ambos os lados (frente e fundo) do painel

Fixar painel cultural no solo (areia)

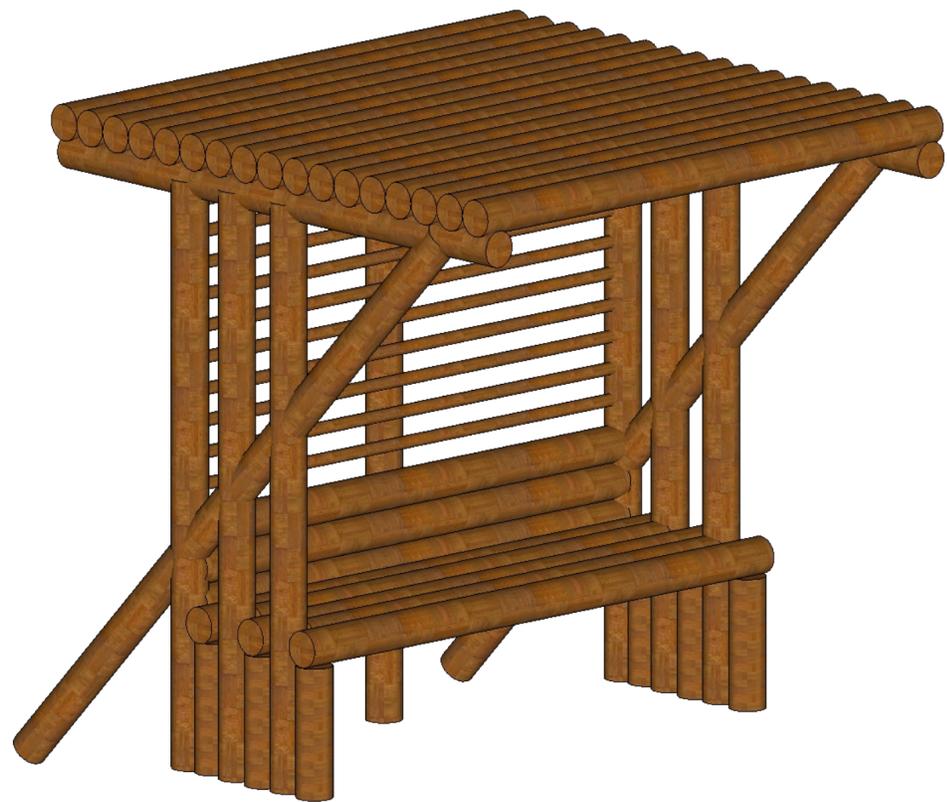
VISTA FRONTAL E POSTERIOR

ESC.: 1/20

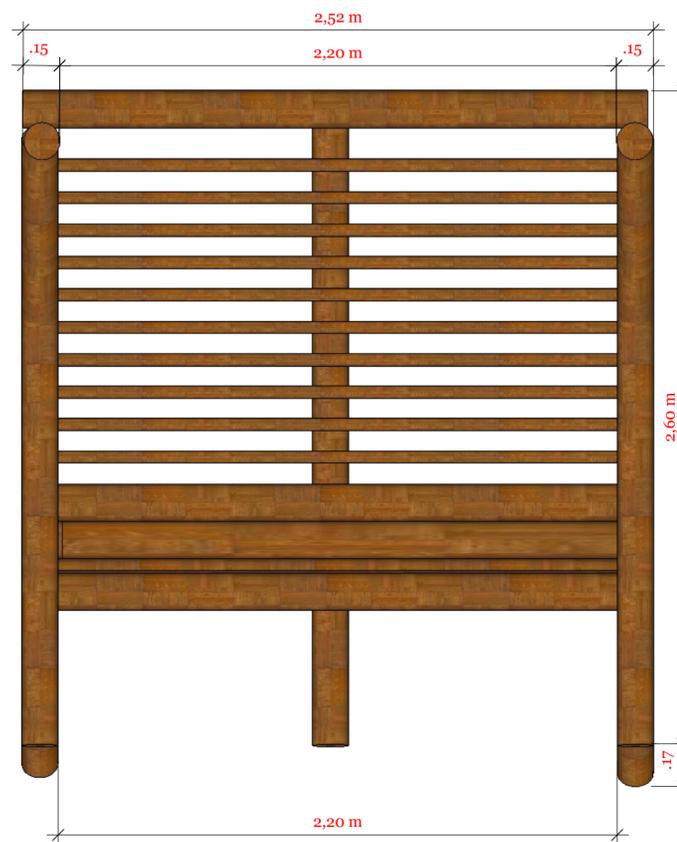
VISTA LATERAL

ESC.: 1/20

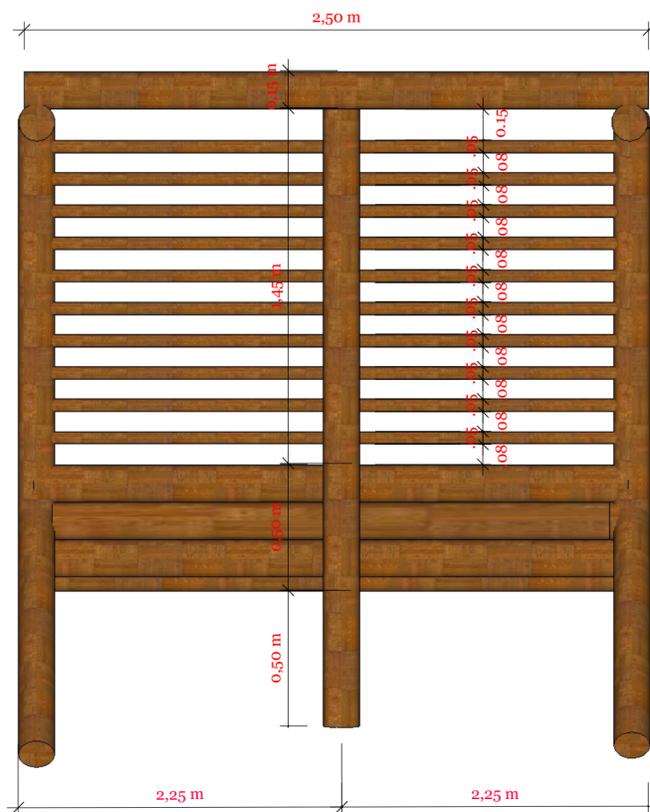
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE		
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO		
ALUNA		
RAÍSSA DE OLIVEIRA CERQUEIRA		
PROFESSORA	ESCALA	FOLHA
RAQUEL KOHLER	1:20	
PROJETO	DATA	05 / 06
DET 1 - MURAL	14/11/2022	



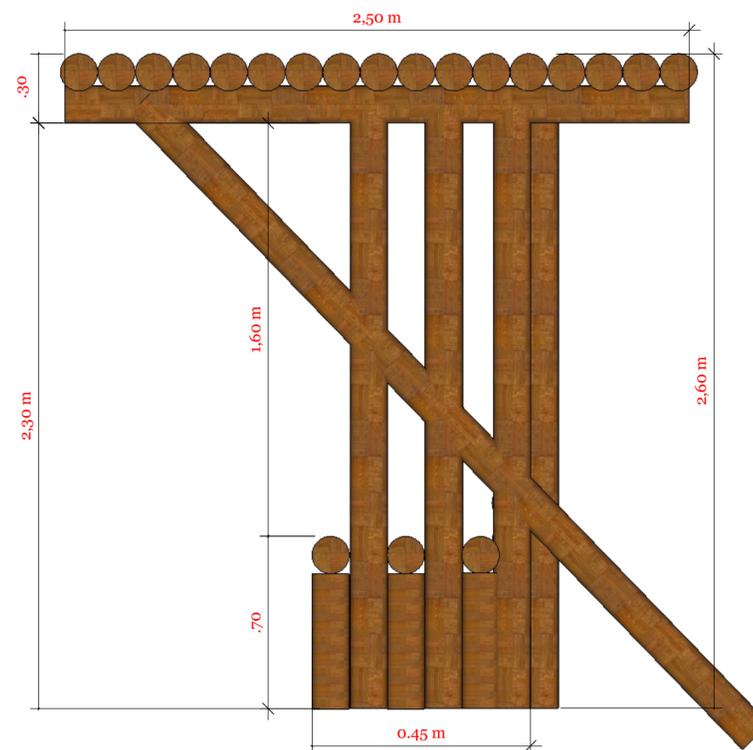
PERSPECTIVA
ESC.: 1/20



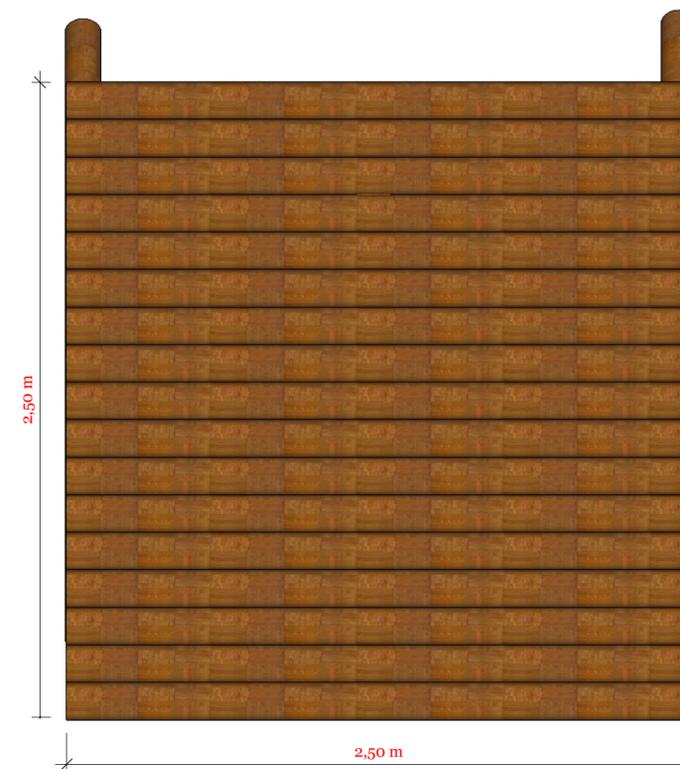
VISTA FRONTAL
ESC.: 1/20



VISTA POSTERIOR
ESC.: 1/20



VISTA LATERAL
ESC.: 1/20



VISTA SUPERIOR
ESC.: 1/20

OBSERVAÇÕES:

- O mobiliário deve ser executado com peças roliças de eucalipto tratado;
- As medidas estão de acordo com a tabela de "medidas padrão" fornecida pela empresa prestadora de serviço;
- As peças roliças maiores possuem 15cm de diâmetro;
- As peças roliças menores possuem 5cm de diâmetro;
- As cotas estão em metro.

